

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

29 de MARÇO a 01 de ABRIL

2018

CLIP PING



TJ ES

Poder Judiciário • Tribunal de Justiça do Espírito Santo

POLÍTICA

tem regras
luguéis

Suplente tem a posse suspensa na Câmara de Linhares

LINHARES

O desembargador Namy Carlos de Souza Filho, do Tribunal de Justiça, suspendeu a posse da vereadora Pâmela Maia (PSDC), suplente da vereadora Rosinha Guerreira, mesmo partido, afastada da Câmara de Linhares acusada de ficar com parte dos salários de servidores, o rachid.

O advogado Bruno Fereguetti, que defende Pâmela, disse que vai recorrer. O presidente da Casa, Ricardo Bonomo, disse que, ao pedir a suspensão, cumpriu o regimento. Rosinha Guerreira continua recebendo salário de R\$ 6.192.

Justiça libera faixa só para ônibus

Pista em Camburi estava suspensa, mas juiz derrubou liminar a pedido da prefeitura. A Linha Verde retorna na semana que vem

Rafael Gomes
Tainá Campos

A faixa exclusiva para ônibus "Linha Verde", na Dante Michelini, na Praia de Camburi, em Vitória, voltará a funcionar na próxima semana.

Uma semana após a suspensão da chamada Linha Verde, a prefeitura conseguiu derrubar a liminar na Justiça e, segundo a prefeitura de Vitória, a definição da data do funcionamento da faixa será definido na próxima segunda-feira, dia 02.

A decisão em acatar o pedido feito pela administração municipal foi do juiz Délio Rocha Sobrinho, do Tribunal de Justiça do Estado (TJ-ES).

Ele considerou que a prefeitura conseguiu comprovar que fez audiências públicas antes de implantar a faixa exclusiva, inaugurada oficialmente no último dia 12. A falta de debate com a população era o principal argumento para suspender o sistema.

"O município demonstrou, por meio de documentos, que realizou audiências públicas pertinentes antes da implementação do projeto Linha Verde, o qual, diga-se de passagem, ao que parece, permaneceu em discussão junto à comunidade por mais de dez anos", escreveu o juiz.

Nos documentos anexados ao processo, a prefeitura de Vitória afirma que a implantação do corredor exclusivo foi discutida no Plano de Mobilidade Urbana (PDU), elaborado em 2007.

Além disso, a prefeitura alega ter realizado 22 reuniões com 75 associações de moradores e lideranças comunitárias em 2017. Nesses encontros, um dos temas teria sido a ampliação da Linha Verde.

A faixa exclusiva para ônibus, táxi e van está liberada para qualquer tipo de veículo desde o último dia 20, quando a administração municipal foi notificada pela Justiça e, durante o feriado de Páscoa, até o domingo, o trânsito na faixa continuará liberado.

Na decisão, que determinou a suspensão da faixa, o juiz Mário da Silva Nunes Neto, da 3ª Vara da Fazenda Pública, afirmou que a prefeitura violou regras previstas na legislação federal, já que a população não teria sido consultada sobre a implantação do sistema.

A alegação é de que a prefeitura descumpriu a Lei Federal 12.587/2012, que regulamenta a Política Nacional de Mobilidade Urbana. Ela prevê que a administração pública realize audiências para debater o projeto com os moradores antes da execução. O pedido de suspensão acatado pela Justiça foi feito pela moradora de Jardim Camburi Lícia Narciso, de 47 anos.



FAIXA EXCLUSIVA para ônibus deverá voltar a operar na semana que vem em Camburi, mas prefeitura não definiu o dia exato para o retorno do sistema

Moradora vai recorrer da decisão

Segundo o advogado Amarildo Santos, que representa a moradora de Jardim Camburi Lícia Rezende Narciso, sua cliente irá apresentar um recurso contra a decisão do juiz Délio Rocha Sobrinho. Ele derrubou a liminar a pedido da prefeitura e liberou o funcionamento da faixa exclusiva de ônibus em Vitória ontem.

"A Prefeitura usou como base reuniões realizadas em 2006 e 2007 para dizer que a população estava ciente. Além disso, usou dados apresentados em seu plano de Governo na campanha política junto ao Tribunal Regional Eleitoral, mas tudo de forma rasa. Vamos utilizar os nossos procedimentos processuais e recorrer da decisão",

afirmou o advogado.

Ainda segundo Amarildo Santos, a Prefeitura de Vitória deveria – antes de ter recorrido da liminar – ter convocado audiências públicas para discutir com a população. "Não houve convocação. A prefeitura prefere recorrer com medo do debate público. Um pouco de democracia não faz mal a ninguém", disse Amarildo.

Na última semana, a Justiça de Vitória acatou em caráter liminar o pedido de Lícia Rezende, determinando a suspensão da chamada "Linha Verde", alegando que a Prefeitura não discutiu previamente o projeto com a população. Na segunda-feira, a Prefeitura de Vitória recorreu da decisão.



LÍCIA REZENDE disse que vai recorrer à Justiça para impedir "Linha Verde"

SAIBA MAIS

Entenda a polêmica

- > A FAIXA EXCLUSIVA para ônibus na avenida Dante Michelini em Camburi, Vitória, foi inaugurada no dia 12 deste mês e suspensa pela Justiça oito dias depois.
- > A JUSTIÇA acatou o pedido de uma moradora de Jardim Camburi, que alegou que a prefeitura não ouviu a população.
- > NA DECISÃO, o juiz Mário da Silva Nunes Neto, da 3ª Vara da Fazenda Pública, afirmou que a prefeitura violou regras previstas na legislação

federal, já que a população não teria sido consultada sobre a implantação do sistema.

- > A ALEGAÇÃO é de que a prefeitura descumpriu a Lei Federal 12.587/2012, que regulamenta a Política Nacional de Mobilidade Urbana. A lei prevê que a administração pública realize audiências para debater o projeto antes da execução
- > A FAIXA exclusiva para ônibus, táxis e vans está liberada para qualquer tipo de veículo desde o último dia 20.
- > A PREFEITURA rebateu dizendo que

discutiu o projeto por vários anos. Com isso, na última segunda-feira, entrou com recurso para a volta do sistema.

- > A DECISÃO em acatar o pedido feito pela administração municipal foi do juiz Délio Rocha Sobrinho, do Tribunal de Justiça do Estado (TJ-ES).
- > ELE CONSIDEROU que a prefeitura conseguiu comprovar que fez audiências públicas antes de implantar a faixa exclusiva, inaugurada oficialmente no último dia 12.
- > NOS DOCUMENTOS anexados ao

processo, a prefeitura de Vitória afirma que a implantação do corredor exclusivo foi discutida no Plano de Mobilidade Urbana (PDU), elaborado em 2007.

- > ALÉM DISSO, a prefeitura alega ter realizado 22 reuniões com 75 associações de moradores e lideranças comunitárias em 2017.
- > NESSES encontros, um dos temas teria sido a ampliação da chamada Linha Verde.

Fonte: Pesquisa AT.

LINHA VERDE VOLTA A VALER SEMANA QUE VEM

Não há dia certo; liminar que suspendeu faixa foi cassada

de LARA ROSADO
lrosado@redgazeta.com.br

A Linha Verde, na Avenida Dante Michelini, em Vitória, será retomada a partir da semana que vem, mas ainda não há dia certo para o retorno do funcionamento. Ontem, a Justiça cassou a liminar que suspendia a faixa exclusiva para os ônibus. Apesar da decisão, o advogado responsável pela ação informou que vai recorrer.

Segundo a decisão de ontem, do desembargador Délio Rocha Sobrinho, a ação pedindo a suspensão da Linha Verde, movida no último dia 20, declarava que não houve debate com a população, apontando a iniciativa como ilegal por ter violado o Plano Nacional de Mobilidade Urbana, que determina a discussão com a comunidade de mudanças no trânsito.

Na ocasião, com esse argumento, o juiz da 3ª Vara da Fazenda Pública Estadual e Municipal, Mário Silva Nunes Neto, determinou a suspensão da Linha Verde. Ainda de acordo com o magistrado, o trânsito nos bairros próximos à faixa exclusiva para os ônibus também influenciaram na decisão.

Após a liminar, a Procuradoria Geral do Município (PGM) da Prefeitura de Vitória recorreu, na última quinta-feira, pedindo a anulação da suspensão. Do ponto de vista da prefeitura, a decisão não se sustentava, pois a Linha Verde teria sido discutida no Plano de Mobilidade Urbana, no Plano



Livre
Carros deixam Linha Verde livre: faixa voltará a funcionar após decisão judicial. FOTO: Fernando Madeira - 02/03/2018

OPINIÃO



"Vitória não é uma cidade para a Linha Verde. O fluxo de carros é muito grande"

DAYANA RIBEIRO VENTURA
ESTUDANTE



"A Linha Verde é um projeto importante. Ela tem que continuar como nas grandes cidades"

ANTÔNIO RODRIGUES
APOSENTADO



"Torço para que a Linha Verde volte. Eu uso bastante ônibus para me locomover"

MÁRIO NILSON
SUPERVISOR DE PRODUÇÃO

Plurianual (PPA), no Plano Diretor Urbano (PDU) e em outras audiências públicas pertinentes à matéria.

Segundo a decisão do

desembargador, diferente do que foi pontuado pelo juiz Nunes, o município demonstrou através de documentos que realizou

audiências públicas com a comunidade por mais de 10 anos antes da implementação do projeto.

Já em relação ao trânsito,

Sobrinho evidenciou que o argumento utilizado pelo juiz de que os motoristas que usam o próprio veículo estavam com dificuldades para exercer o direito de ir e vir não combina com a Política Pública de Mobilidade Urbana da Capital. Segundo ela, o transporte coletivo é priorizado em detrimento do particular. Dessa forma, não há nenhuma ilegalidade na medida.

"No que diz respeito a implementação do Projeto Linha Verde, não cabe a este Poder Judiciário avaliar a pertinência da execução do projeto, sendo esta função exclusiva do Poder Executivo local, o qual realizou estudos específicos para tanto (...)", destacou o desembargador.

RECURSO

O advogado Amarildo Santos, responsável pela ação que pediu a suspensão da faixa, afirmou que o desembargador se baseou em documentos de 2006 e 2007 da prefeitura.

"A prefeitura não conseguiu comprovar de fato que as comunidades ali foram ouvidas. A estratégia do município é jogar os pobres contra os ricos. Isso fica bem claro no recurso da procuradoria, criticando quem mora em Jardim da Penha, Jardim Camburi, Mata da Praia, em pleno século XXI."

Devido ao feriado de Páscoa, Amarildo explicou que entrará com o recurso na próxima segunda-feira.

Associações ainda aguardam retorno de ação

As associações de moradores dos bairros diretamente impactados com a Linha Verde continuam aguardando retorno da Prefeitura de Vitória em relação à ação popular protocolada no órgão, no último

dia 19, com o pedido de que haja diálogo sobre a faixa exclusiva dos ônibus.

O presidente da Associação de Moradores de Mata da Praia, Paulo Vitor Aquino Dal Col, reiterou que não houve conversa com a comunidade antes da imple-

tação do projeto.

Já o presidente da Associação de Moradores de Bairro República, Walter Guedes, está preocupado com a retomada da Linha Verde simultânea a mu-

dança na Avenida Adalberto Simão Nader, devido ao novo acesso ao Aeroporto de Vitória.

"Ninguém é contra a Linha Verde. Nós só queremos dialogar. Não acompanhamos as mudanças

para criticar, mas porque é de interesse da comunidade", disse Walter.

A FAVOR

Já o Conselho Popular de Vitória (CPV), representante de todas as asso-

ciações da Capital, definiu a decisão que cassou a suspensão da Linha Verde como acertada. "A faixa exclusiva, que ainda está em fase de testes, é a infraestrutura necessária para a priorização do transporte coletivo, cuja a maioria da população faz uso", destacou a nota.

Samarco vai fazer barragens

Para proteger as lagoas Nova e Juparanã das águas do Rio Doce, contaminadas por rejeitos de minério ferro após a tragédia de Fundão, em Mariana (MG), o juiz da Vara da Fazenda Pública de Linhares, no Norte do Estado, Thiago Albani Oliveira, condenou a Samarco a construir barragens definitivas e dotadas de comportas para controle de

fluxo hídrico.

A sentença, proferida pelo juiz na tarde da última terça-feira, exige que a empresa cumpra medidas de proteção aos dois mananciais de água doce do município, responsáveis pelo abastecimento de aproximadamente oitenta mil habitantes residentes na sede de Linhares.

PRISÃO EM 2ª INSTÂNCIA

Manifesto a favor já tem 2,5 mil assinaturas

O documento vai ser entregue amanhã ao STF e conta com o apoio de Janot, ex-procurador-geral da República

Brunella França

O ex-procurador-geral da República Rodrigo Janot subscreeveu o abaixo-assinado em favor da prisão em segunda instância que será entregue amanhã aos 11 ministros do Supremo Tribunal Federal com 2,5 mil assinaturas.

O manifesto será apresentado dois dias antes do julgamento do habeas corpus decisivo para o ex-presidente Lula, condenado em segunda instância a 12 anos e um mês no caso triplex. "Nada justifica que o STF revise o que vem de-

cidindo no sentido de que juridicamente adequado à Constituição da República o início do cumprimento da sanção penal a partir da decisão condenatória de 2ª instância. A mudança, nesse caso, implicará a liberação de inúmeros condenados, seja por crimes de corrupção, seja por delitos violentos, tais como estupro, roubo, homicídio etc", afirma o abaixo-assinado.

Até as 19h de ontem, 2,5 mil promotores, procuradores e juizes de todo o País já haviam assinado a nota técnica. Esta é a maior ofensiva dos membros do Ministério Público e do Judiciário pela prisão em 2ª instância.

A reportagem de A Tribuna ouviu especialistas e eles argumentam que uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) é o meio correto para alterar o momento em que a pena deve ser executada, permitindo-se o início a partir da segunda instância.

No texto constitucional de 1988

está escrito que "ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória".

"Isto significa a afirmação do princípio da presunção de inocência, ou seja, de que ninguém pode ser considerado culpado até o esgotamento dos recursos", explicou o doutor em Direito Penal Thiago Fabres.

"O Congresso Nacional é o local próprio para debater esse tema, até mesmo porque é necessário discutir questões correlatas, como a criação de mecanismos para suspender a decisão de 2ª instância quando esta contrariar a jurisprudência de tribunais superiores", afirmou o especialista em Direito Criminal e Eleitoral, Ludgero Liberato.

Já o procurador federal Adriano Pedra defendeu que a mudança de entendimento no Supremo Tribunal Federal é possível, já que o órgão é o guardião da Constituição.



PLENÁRIO do STF: pressão de juizes para manter a prisão em 2ª instância

ENTENDA A PRISÃO EM 2ª INSTÂNCIA NO PAÍS



Histórico

No Brasil, a execução da pena a partir da 2ª instância ocorre desde 1941, logo após a criação do Código Penal (dezembro de 1940), até 2009.

A Constituição de 1988 (art. 5º), prevê que a pena só pode ser executada quando todos os recursos se esgotam. A partir de então, a jurisprudência começou a mudar para permitir que os réus condenados aguardassem em liberdade até o trânsito em julgado (ou seja, quando não couber mais nenhum recurso).

De 2009 até 2016, o STF passou a entender que o condenado só poderia ser preso após a sentença transitar em julgado.

A partir de 2016, o STF voltou a ter o entendimento de que é possível executar a prisão após a condenação em 2ª instância.



Por que o Supremo reviu o entendimento em 2016?

O caso de um homem condenado por roubo levou o STF a rever como a pena deve ser aplicada. A Corte negou o pedido da defesa para que ele aguardasse em liberdade a análise do recurso que solicitava a revisão da condenação.

A partir de então, quando um tribunal de 2ª instância (estadual ou federal) confirmar a condenação imposta

por um juiz comum (1ª instância), a pena já poderia ser aplicada mesmo se a defesa do réu recorrer às cortes superiores (STJ ou ao STF).

ARGUMENTOS A FAVOR



DIREITOS GARANTIDOS

A aplicação imediata da pena após o julgamento de um tribunal colegiado significa que a decisão monocrática dada por um juiz já foi revista e, portanto, o direito à ampla defesa do réu já teria sido contemplado, de acordo com a legislação.

JULGAMENTOS MAIS ÁGEIS

A mudança de entendimento votada pelo Supremo Tribunal Federal em

2016 restabelece a importância das decisões tomadas pelas 1ª e 2ª instâncias do sistema judiciário.

COMBATE À IMPUNIDADE

A aplicação da condenação nesta etapa contribui para o fim da impunidade, já que reduzirá o tempo que o réu ficará em liberdade enquanto aguarda a definição final da sentença.

ARGUMENTOS CONTRA



DIREITO PREJUDICADO

As correntes do Direito que criticam a mudança de jurisprudência de 2016 se baseiam no artigo 5º da Constituição Federal. Desse modo, ao determinar a prisão quando ainda se pode recorrer,

há violação ao texto da Constituição. Esses grupos argumentam que a CF garante a "presunção de inocência".



CUMPRIMENTO ILEGAL DA PENA

Estudo do Instituto do Direito de Defesa mostra que quase 50% de decisões de absolvição nas cortes superiores são reformando decisões condenatórias proferidas na 2ª instância.

MAIS PRESOS

O número de presos provisórios - aqueles que ainda aguardam uma condenação definitiva - aumenta quando é pedida a execução imediata das penas.

Fonte: Especialistas consultados.

Moro e Ricardo defendem PEC

Em entrevista a um programa de televisão, o juiz da Operação Lava a Jato, Sérgio Moro, defendeu uma alteração na Constituição para deixar clara a possibilidade de prisão após condenação em segunda instância.

No Senado, há uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC 15/2011), a PEC dos Recursos, que visa a acabar com os recursos especiais, no Superior Tribunal de Justiça (STJ), e extraordinário, no Supremo Tribunal Federal (STF), transformando a decisão de 2ª instância no trânsito em julgado.

"A minha iniciativa não é produto da circunstância, foi uma das primeiras propostas que apresentei no Senado, visando a corrigir essa deformação de uso sem limite de recursos judiciais, que produz uma brutal impunidade", afirmou



o senador Ricardo Ferraço.

A PEC foi aprovada por unanimidade na Comissão de Constituição e Justiça da Casa e aguarda, desde 2015, ser pautada para votação em plenário.

Na Câmara, o deputado federal Alex Manente (PPS-SP) protoco-

lou, na última terça, uma PEC com o objetivo de deixar claro na Constituição a prisão após condenação em 2ª instância. O texto apresentado por Manente diz que "ninguém será considerado culpado até a confirmação de sentença penal condenatória em grau de recurso".

ANÁLISE

"STF errou e atraiu desgaste para si com prisão em 2ª instância"

"A presunção de inocência é um princípio extraído da Declaração Universal dos Direitos dos Homens que, por ser tão importante, foi colocada entre as chamadas cláusulas pétreas. Sobre esse alicerce foram estabelecidas outras normas, determinando que a prisão só pode ocorrer após o trânsito em julgado da decisão condenatória, o que significa dizer após o último recurso.

O Supremo Tribunal Federal, em decisões recentes, entendeu que, após decisão condenatória de 2º grau, o cumprimento da pena poderia ter início, mesmo que ainda caiba recurso, sob o argumento de que estaria exaurida a possibilidade de exame da matéria fática.

Luiz Otávio Coelho, advogado especialista em Direito Constitucional



A decisão, entretanto, mesmo tendo sido tomada pelo tribunal guardião da Constituição e apesar de estar dando resposta ao clamor popular, mostra-se absolutamente equivocada, pois usurpa o poder constituinte originário.

A Suprema Corte errou. Errou ao desconsiderar que só o poder constituinte originário, o Congresso, pode mudar a Constituição naquilo que foi reservado como cláusula pétreas. Errou ao alterar a Constituição sob o argumento de interpretá-la. Errou tanto que não consegue, hoje, sustentar a decisão nem mesmo nas suas turmas. O STF atraiu para si o desgaste que já havia abalado os demais poderes."



lximenes@redegazeta.com.br - Tel.: 3321-8521

LEONEL XIMENES



Viva o imperador!

Os monarquistas capixabas prometem ir à Costa Pereira nesta terça para protestar contra o STF. Contando com o pipoqueiro e o engraxate, o ato deve atrair umas oito pessoas.

Alô, STF!

Será que a partir de amanhã o ano vai começar para Vossas Excelências?

UM TEMA, DUAS VISÕES

Prisão em segunda instância é válida?

Possibilidade de o Supremo revisar entendimento sobre a situação divide juristas, às vésperas do julgamento do habeas corpus preventivo solicitado pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva

Presunção de inocência e impunidades

Américo Bedê Junior

juiz federal, professor, mestre e doutor pela FDV

É necessário implementar direitos fundamentais. Não é razoável escolher pessoas ou grupos com direitos, mas sim garantir uma proteção efetiva para maiorias e minorias, para réus e vítimas no processo penal. Reconhecido isso, é preciso compreender que nosso Poder Judiciário tem duas instâncias ordinárias e duas instâncias superiores. As instâncias ordinárias são as responsáveis pelo julgamento de matérias de fato e de direito. As instâncias extraordinárias (STJ e STF) não foram criadas para julgamento de casos concretos, mas com a missão de garantir a uniformidade de entendimentos e o respeito à Constituição.

Uma pesquisa no Direito de outros países, como Inglaterra, EUA, Canadá, Alemanha, França, Portugal, Espanha e Argentina, revela que em nenhum deles é necessário esperar a Suprema Corte se manifestar para que possa haver a prisão do réu para cumprimento de pena. Será que todos esses países violam direitos fundamentais? Ou o Brasil de fato está exagerando com uma interpretação que, a pretexto de preservar direitos fundamentais, contribui para a impunidade e estimula a interposição de recursos incabíveis aos tribunais superiores com o único objetivo (não declarado) de evitar a prisão.

O argumento da possibilidade de erro pelo Tribunal não convence, porque até a Suprema Corte, como disse Rui Barbosa, só tem a prerrogativa de errar por último. Não existe nenhuma garantia de que o STF não possa errar. É uma necessidade alguém ter a última palavra, e essa é do STF, mas, enquanto ele não julgar, prevalece a decisão condenatória ou absolutória do Tribunal.

“É uma contradição afirmar que o juiz, para condenar, tem que ir além de qualquer dúvida razoável e ainda garantir que o réu tenha presunção de inocência”

A discussão no Brasil deveria envolver quais hipóteses de decisão de juiz de primeiro grau podem ser executadas. A situação de um indivíduo que participa por horas de um júri popular, é condenado e sai livre pela porta da frente ofende a noção de justiça que o povo espera.

Lembro que uma presunção não pode valer mais que um juízo de mérito com análise exaustiva das provas. É uma contradição afirmar que o juiz, para condenar, tem que ir além de qualquer dúvida razoável e, ainda assim, garantir que o réu tenha presunção de inocência.

Importante lembrar que o STF, de 1988 a 2009, entendeu pela possibilidade de execução da sentença no segundo grau. Apenas de 2009 a 2016, a Corte teve a interpretação de que a execução depende do julgamento pelo STF. Sendo que, em 2016, retomou o entendimento de que a presunção de inocência acaba na segunda instância. Isso revela que a nossa tradição é pela execução imediata e que esse tema não será a solução para todas as angústias do nosso sistema criminal, porque existem outros problemas estruturantes que precisam ser resolvidos.

O direito precisa equilibrar interesses do réu, da vítima e da sociedade. O inconformismo e a vontade de ficar livre são inerentes ao ser humano, mas a quantidade de recursos e os seus efeitos precisam ser racionalizados no interesse da justiça. Um sistema sério não pode exigir quatro condenações (do primeiro grau ao STF) para que a decisão possa valer. Espera-se um sistema de justiça sério. A presunção de inocência não é um salvo conduto para impunidades.



O ceifador da Constituição

Rivelino Amaral

professor de Direito, diretor da OAB-ES e especialista em Ciências Penais

No Brasil, possuímos quatro instâncias do Judiciário. Neste sentido, um processo pode passar pelas mãos de um juiz, depois de três desembargadores, posteriormente nas mãos de cinco ministros do STJ e por fim nas mãos de onze ministros do STF.

Por certo, processos que passam em tantas mãos certamente podem demorar para terem um resultado, positivo ou negativo, mas é assim que está escrito na Constituição desde 1988.

Falando em Constituição, é importante dizer que ela é a lei máxima de nosso país, ou seja, tudo e todos estamos a ela sujeitos, obrigados a obedecê-la. A Constituição é tão importante para o Brasil que existe um órgão criado exclusivamente para protegê-la, o STF, que é o guardião da Constituição, ou seja, cabe ao STF protegê-la e submeter-nos ao seu cumprimento.

Mas o STF, como dito alhures, é composto por 11 ministros, seres humanos, que são nomeados pelo presidente da República. Hoje, de sua composição, oito deles foram nomeados por um mesmo partido político, retirando, em tese, a sua imprescindível e salutar imparcialidade. Recentemente o STF, que é, ou deveria ser, o guardião da Constituição, laborou em seu desfavor, foi seu ceifador, quando decidiu, ao arrepio do que diz a Carta Magna, que os condenados em primeiro grau, que tiverem a sentença mantida em segundo grau, deverão iniciar o cumprimento de sua pena, mesmo que ainda possam recorrer para os Tribunais Superiores (STJ e STF), mesmo que as decisões possam ser modificadas, mes-

mo que as pessoas possam ser consideradas inocentes, mesmo que as penas possam ser diminuídas ou aumentadas.

Essa decisão fere de morte os princípios consagrados pela Constituição, notadamente a presunção de inocência. Segundo a Constituição, as pessoas só podem iniciar o cumprimento de uma pena depois de exaurirem todos os recursos possíveis. A isso dá-se o nome de “trânsito em julgado” da decisão, exigência expressa do texto constitucional.

Sim, porque os erros judiciais acontecem, porque o índice de reforma das decisões em nosso país é altíssimo. Certo é que assim determina a Constituição.

O STF retomou a discussão acerca desse assunto, tendendo a rever seu posicionamento, ou seja, voltar a cumprir a Constituição, obrigação que não deveria ter deixado de cumprir em nenhum momento. Agirá acertadamente o STF se, por ventura, em agrado ou desagrado de quem quer que seja, voltar a dar cumprimento ao que diz a Constituição. Não podemos desejar o cumprimento da lei só quando nos atingir diretamente, só quando alguém bater na traseira de nosso veículo, quando não recebermos nosso salário em dia ou quando comprarmos um aparelho celular que não funcione. Pelo contrário, ser cidadão é requerer o fiel cumprimento da lei, em especial da Constituição, para todos e em qualquer circunstância.

“O STF retomou a discussão acerca desse assunto, tendendo a rever seu posicionamento, ou seja, voltar a cumprir a Constituição”

ELEIÇÕES 2018



TRÊS MILHÕES NA MIRA DE FAKE NEWS POR CELULAR

WhatsApp vira ferramenta para distribuir conteúdos de políticos

MAÍRA MENDONÇA
mmendonca@redgazeta.com.br

Prático, barato e instantâneo, o WhatsApp é visto por marqueteiros e outros especialistas como uma das principais ferramentas políticas na disputa por votos nas eleições deste ano. Mas, se por um lado tamanho potencial de alcance do público poderá ajudar a definir o resultado de campanhas, por outro, a falta de instrumentos de controle também o torna uma das grandes fontes de viralização de notícias falsas.

Até maio do ano passado — último dado disponibilizado pelo Facebook, que comprou o WhatsApp em 2014 —, o aplicativo já era utilizado por 120 milhões de pessoas no Brasil. Embora não seja possível saber exatamente quantos usuários existem no Espírito Santo, dados do IBGE de 2016 revelam que 2,995 milhões de pessoas acessam a internet pelo celular no Estado, tornando-se, por consequência, potenciais alvos das fake news no período eleitoral.

“As fake news inundam o WhatsApp através de perfis controlados por assessorias políticas, de robôs e de algoritmos preparados para esse fim e isso tudo é compartilhado de maneira muito rápida. Um estudo recente do

MIT (Massachusetts Institute of Technology) mostra que os principais propagadores de notícias falsas são pessoas, especialmente familiares e amigos”, explica o professor de marketing da FGV/MMurad José Mauro Gonçalves Nunes.

Diante disso, para além de desenvolver conteúdos positivos sobre os candidatos, o grande desafio das equipes será o de produzir a contrainformação, ressalta Nunes. Ela deve ser a arma para combater a viralização de notícias falsas que podem comprometer a reputação do político.

O consultor de marketing político Darlan Campos concorda: “O WhatsApp tem que ser uma estratégia para levar ao máximo de eleitores a sua versão dos fatos, seja desmentindo fake news descartadas ou interpretações que não vão ao encontro das do candidato”, afirma.

Para Darlan, a dependência da gravidade da mentira, desmentir não é suficiente e o caso deve ser levado à Justiça. No entanto, o consultor já prevê dificuldades: “Qualquer um pode comprar um chip, baixar o aplicativo e espalhar fake news. Isso torna mais difícil achar a fonte e puni-la”, exemplifica.

SEM LEI, APLICATIVO PREOCUPA



“O aplicativo é uma comunicação ágil, certa, não regulamentada, que pode acabar sendo usada para atacar adversários”

ANTONIO CARLOS PIMENTEL
Advogado eleitoral



“Abre-se uma porta para que ocorra todo tipo de abusos, onde será difícil se determinar fontes de notícias falsas”

CARLOS EDUARDO LYRIO
Advogado eleitoral

TERRA SEM LEI

É justamente essa uma das principais preocupações dos advogados eleitorais. Segundo o ex-procurador-geral do Estado Antonio Carlos Pimentel, o WhatsApp pode se tornar “uma terra sem lei”. Ele lembra que hoje não há previsão legal específica para quem envia mensagens falsas por meio do aplicativo, já que o Tribunal Superior Eleitoral

(TSE) optou por não equipará-lo ao telemarketing e ao serviço de SMS, que são proibidos em campanhas.

“No caso do WhatsApp, aplica-se a legislação referente à internet. A propaganda não pode ser feita por pessoa jurídica, por entidade da administração pública, nem envolver a comercialização de cadastros telefônicos e de endereços. O usuário também precisa ter a op-

ção de se descadastrar da lista de contatos”, explica.

CANDIDATOS

Já os candidatos que perceberem a circulação de notícias falsas e boatos a seu respeito, podem tentar identificar o autor das postagens para solicitar direito de resposta, segundo Pimentel. Quando descoberta a fonte do boato ou mesmo seus propagadores, todos podem responder por calúnia, injúria ou difamação.

Mas é aí que mora o problema: com mensagens criptografadas, que só podem ser visualizadas por quem as recebe, e sem a existência de uma regulamentação própria, o WhatsApp torna ainda mais difícil a identificação dos autores das mentiras, na visão do advogado eleitoral Carlos Eduardo Lyrio.

Na prática, Lyrio indica que os candidatos vítimas das fake news levem os casos às delegacias especializadas em crimes cibernéticos, que têm condições de investigar e chegar até a fonte. “Na Justiça Eleitoral não há como rastrear a notícia de modo adequado e, com isso, desenha-se um cenário complexo, uma vez que as saídas não são usuais. Testemunhas de pouco vão servir”, pontua.

ANÁLISE

“WhatsApp será útil no jogo sujo”

“O WhatsApp é uma ferramenta poderosa pelo seu alcance, mas não fornece dados sistematizados sobre os usuários, que são importantes para a estratégia em mídias digitais do candidato. Qualquer estratégia que utilize o aplicativo ainda é imatura, o que não significa que ele não seja relevante. Mas o Google e o Facebook já começaram a implantar filtros para fake news e ele, não. Por isso, acredito que ele será muito utilizado para o jogo político sujo. Além do mais, as pessoas tendem a acreditar naquilo pelo qual têm simpatia, tornando-se potenciais compartilhadoras de fake news quando lhes convém. As pessoas devem procurar veículos confiáveis para se informar, o WhatsApp não basta.”

ANA FREITAS
ESTRATEGISTA DIGITAL

MENSAGENS POR APLICATIVO

Conteúdo enviado por políticos tem de ser certo, dizem especialistas

Definir público-alvo e estratégia ajuda a aproximar eleitor das propostas dos candidatos

MAÍRA MENDONÇA
mmendonca@redgazeta.com.br

Em tempos de necessidade de reduzir custos financeiros e de popularização dos aplicativos de internet, as mídias sociais se tornam uma grande aposta dos marqueteiros políticos para as eleições deste ano. Mas um passo mal dado pode colocar em xeque a eficácia das campanhas. Por isso, é preciso ter atenção com o WhatsApp: não basta apenas enviar qualquer mensagem. A grande cartada está em definir o público-alvo e planejar um conteúdo certo.

Consultor em marketing político, Darlan Campos destaca que o WhatsApp é, primeiramente, um grande aliado para a organização interna das equipes dos candidatos, dando mais agilidade à comunicação. Por outro lado, o trabalho de mobilização das militâncias e dos eleitores deve ser iniciado o quanto antes.

“É importante aproveitar esse tempo maior de pré-campanha para criar uma base de dados e estabelecer um contato prévio com as pessoas, identificar aqueles que estão dispostos a receber os conteúdos e criar uma rede de simpatizantes. Imagine todos os candidatos enviando mensagens em 45 dias de campanha. Um caos vai ser gerado, e as pessoas ficarão



VITOR JUBINI

Rompendo barreiras

Para o especialista em marketing político Darlan Campos, já é hora de a classe política perceber que o WhatsApp é uma ferramenta para se aproximar do público e não só para enviar informações.

“Se não criar canais de diálogo, vira panfletagem. O WhatsApp pode ajudar nisso, mas vai exigir mobilização”

DARLAN CAMPOS
Especialista em marketing

“Tem gente que reclama de textos longos, de imagens já batidas. Então, é preciso se diferenciar pela qualidade da informação e pelo design”, ressalta.

Millis indica que o aplicativo seja usado para fazer boletins informativos e atualizar o público sobre o que está sendo feito pelo candidato, bem como sua agenda. “Mas cuidado com o excesso. Isso não deve ser feito todos os dias”, pondera.

A produção de vídeos também é aconselhada, desde que bem planejada. “Eles são importantes, mas devem ser curtos, com apenas uma mensagem bem estabelecida. Não adianta passar muitas informações que tiram a atenção das pessoas”, diz Millis.

Mais do que para falar, o WhatsApp deve servir como um canal de resposta para os eleitores. “Vemos muitos candidatos que não dão retorno ao público, mas manter esse relacionamento com cada um é um diferencial, pois faz com que eles se sintam especiais”, diz.

Por último, assim como no mundo real, no virtual as regras de etiqueta continuam valendo. “Exagero não produz eficácia na política. Agir com moderação, assim como avaliar o tom das críticas e da linguagem é indispensável. Além disso, deve haver sempre compromisso com a ética e nada que comprometa a imagem do candidato deve ser dito, pois há sempre o risco de compartilhamentos”, diz Millis.

saturadas. O trabalho de base é fundamental para o resultado final”, justifica.

PÚBLICO-ALVO

O pontapé inicial para a delimitação do público-alvo. No WhatsApp isso significa ir em busca de eleitores que realmente compartilham dos mesmos ideais e

VERSATILIDADE

“O WhatsApp pode ser usado para enviar boletins informativos e divulgar a agenda dos políticos”

WALLACE MILLIS
Professor da UVV

valores do candidato. Uma opção, segundo Darlan, é segmentar os eleitores de acordo com as bandeiras defendidas pelo candidato.

“É possível explorar temas avulsos com os contatos e reunir grupos de pessoas em torno de cada tema”, sugere o especialista. Mas, como o WhatsApp não fornece dados sobre os usuários, a tarefa pode ser mais complexa do que parece.

“As equipes terão que criar alternativas. Por exemplo, se o candidato defende os direitos dos animais, é possível criar um e-book gratuito para falar de cuidados com cachorros em apartamentos, e utilizar os e-mails das pessoas que se cadastraram para ter acesso ao conteúdo como forma de

estabelecer um primeiro contato”, explica Darlan.

Pular essa etapa pode ser uma atitude arriscada. “Hoje já há empresas que vendem banco de dados. Optar por isso é um sinal de problema. Ao enviar mensagens para pessoas com quem não tem nenhuma afinidade política, o candidato acaba gerando uma antipatia. É um banco de dados sem conexão com o mandato”, alerta Darlan.

A medida também pode ser ilegal, de acordo com o advogado eleitoral Carlos Eduardo Lyrio. “Apesar de a lei das eleições não prever, a compra de listas telefônicas é proibida e prevista na Lei Geral de Telecomunicações, assim como na Portaria nº 697 da Anatel, que regulamenta e proíbe essa si-

tuação”, pontua.

O CONTEÚDO

Definido o público, agora é a vez de pensar no conteúdo. Segundo o professor de marketing político da Universidade de Vila Velha (UVV) Wallace Millis, para criar engajamento dos simpatizantes é preciso qualificar as mensagens.

DATA MARCADA

07

de outubro

É a data da próxima eleição. Serão escolhidos presidente, governador, deputados e senadores.

ETIQUETA POLÍTICA PARA USAR O WHATSAPP NAS CAMPANHAS

Contato com eleitores

O WhatsApp pode ser usado para estabelecer contato de base com os eleitores antes da eleição.

Público-alvo

Não adianta tentar conversar com eleitores que não se identificam com o candidato.

Design diferenciado

Oferecer conteúdo de

qualidade, com design diferenciado.

Sem exageros

Moderação é a regra. A ideia é não haver exageros no tom das críticas, na linguagem e no design.

Compartilhar informação só depois de checar

Antes de compartilhar uma notícia, o ideal é consultar jornais profissionais para

saber se a informação procede.

Ética

O WhatsApp pode ser utilizado como espaço de reafirmação da ética do candidato. O conteúdo deve estar alinhado com a proposta da campanha, explorando valores.

Efeito inverso

Candidato que fala mal do

adversário pode degradar a própria imagem.

Fake news

Espalhar fake news pode ser uma péssima estratégia e ainda levar o candidato a enfrentar problemas com a Justiça.

Vídeos curtos

Vídeos são ótimas ferramentas, mas o ideal é que sejam curtos, com

apenas um tema.

Agenda

O app pode ser usado para divulgar agenda e feitos do candidato. Mas isso deve ser feito com cuidado para não saturar o eleitor.

Conversar com o público

WhatsApp não deve ser usado só para falar, mas para conversar com o público. É um diferencial a ser considerado.

Contrainformação

O app pode ser usado para candidatos desmentirem fake news.

Queixa de ofensas

O candidato que se sentir ofendido pode levar o caso até a polícia especializada em crimes cibernéticos.

Fonte: Especialistas consultados

PAÍS EM CRISE

OPERAÇÃO SKALA

Após pedido da PGR, Barroso manda soltar amigos do presidente Temer

Ministro do STF diz que prisões em investigação sobre setor de portos alcançaram "finalidade"

BRASÍLIA

« O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso acolheu, na noite de ontem, o pedido da procuradora-geral da República, Raquel Dodge, para soltar os presos da Operação Skala, deflagrada na última quinta-feira e que mirou amigos do presidente Michel Temer investigados por suspeita de envolvimento em esquema de corrupção no setor portuário.

“Tendo as medidas de natureza cautelar alcançado sua finalidade, não subsiste fundamento legal para a manutenção das medidas”, escreveu o ministro na decisão que ordenou a emissão de alvará para soltar “imediatamente” os investigados. Nove pessoas estavam presas na sede da Polícia Federal em São Paulo e uma no Rio de Janeiro.

Também foram revogadas as prisões de membros da família Torrealba que estão no exterior e não foram detidos no dia da operação. O prazo das prisões temporárias terminaria amanhã.

Como justificativa para



Michel Temer na inauguração do novo Aeroporto de Vitória: aliados fora da cadeia

VITOR JUBINI - 29/03/2018

o pedido ao ministro do STF, relator do caso, Dodge afirmou que as medidas já cumpriram seu objetivo legal: ouvir os investigados e fazer buscas em endereços ligados a eles.

Nos últimos dois dias, procuradores que atuam no grupo de trabalho da Lava Jato acompanharam os depoimentos dos alvos da Skala. Antes de a procuradora-geral fazer o pedido de soltura dos mesmos, integrantes de sua

JUSTIFICATIVA

“Tendo as medidas de natureza cautelar alcançado sua finalidade, não subsiste fundamento legal para a manutenção das medidas (prisões)”

LUÍS ROBERTO BARROSO
MINISTRO DO STF

equipe ouviram novamente todos os presos.

INVESTIGAÇÃO

O inquérito dos portos foi instaurado em setembro, a partir de revelações e provas colhidas em acordos de colaboração premiada da J&F. Na terça-feira passada, a PF solicitou que todos os investigados fossem alvos de condução coercitiva, quando a pessoa é levada a depor pela polícia. Mas como essa me-

didada está suspensa desde dezembro, por decisão do ministro Gilmar Mendes, a PGR optou por pedir prisões temporárias, com prazo de cinco dias.

Ontem, oito presos na sede da Polícia Federal em São Paulo voltaram a ser ouvidos pelos investigadores para esclarecer fatos nos depoimentos dados no dia da prisão.

Entre os alvos da PF requisitados a falar novamente estavam o advogado e ex-assessor e amigo de Temer, José Yunes; o empresário Antônio Celso Grecco, dono da Rodrimar (empresa que teria se beneficiado de um decreto assinado pelo presidente em 2017); o ex-ministro Wagner Rossi e seu ex-assessor Milton Ortolan.

O coronel João Baptista Lima Filho, amigo de Temer acusado de ser o seu operador de propinas, não foi chamado porque já tinha se mantido em silêncio.

Também ontem à noite, o ministro do STF mandou comunicar o MPF e a PF da decisão e expedir os alvarás para a “imediata soltura” dos investigados - o que não havia acontecido até o fechamento desta edição. (Agência O Globo)

Empresário contradiz presidente

« O depoimento do empresário do grupo Rodrimar Antônio Celso Grecco à Polícia Federal contradiz uma versão do presidente Michel Temer sobre os encontros que os dois mantiveram nos últimos anos. Grecco disse que conversou com Temer sobre demandas de sua empresa no setor portuário. O problema é que, à PF, Temer afirmou que nunca conversou sobre o tema com ele.

Grecco disse que se encontrou com Temer quando ele ainda era vice-presidente e que conversou sobre um projeto de adensamento (integração) de três áreas concedidas à Rodrimar no Porto de Santos para a construção de um terminal de celulose da Eldorado, empresa que pertencia ao grupo J&F. Disse ter ouvido do presidente: “Vou ver o que posso fazer”.

Já Temer negou à PF em janeiro, quando respondeu por escrito a 50 questionamentos, que os dois já tivessem se encontrado para tratar sobre o setor portuário.

Denunciados no caso “quadrilhão do PMDB”

« Seis dias antes de serem presos pela Operação Skala, na última quinta-feira, o advogado José Yunes e o coronel João Baptista Lima, ambos amigos pessoais do presidente Michel Temer, foram denunciados pelo Ministério Público Federal por supostamente participarem de uma organização criminosa ligada ao PMDB.

Yunes e Lima foram denunciados pela Procuradoria no dia 21 de março, com base em dados reunidos durante a investigação do caso batizado como “quadrilhão do PMDB” - a prisão ocorreu no dia 29.

Como os dois não têm foro privilegiado, as denúncias coletadas durante o inquérito citado foram desmembradas e endereçadas para a 12ª Vara Federal de



O coronel João Baptista Lima e José Yunes: alvos do MPF



Reprodução e Arquivo

Brasília. Outras três pessoas estão em situação semelhante. Os nomes dos demais integrantes dessa nova leva de denunciados, no entanto, estão sob sigilo.

O inquérito sobre o “quadrilhão” apura a atuação do

grupo político do presidente Michel Temer, que seria formado por aliados como Eduardo Cunha, Henrique Alves, Geddel Vieira Lima, Rodrigo Rocha Loures, Eliseu Padilha e Moreira Franco. Com exceção dos dois

últimos, que são ministros e, portanto, têm foro, os demais estão presos.

O caso investiga uma série de irregularidades atribuídas a integrantes do partido cometidas em diversos escalões da administração pública, como na Caixa Econômica Federal. Há ainda suspeitas de irregularidades cometidas no setor portuário, com provas distintas das que estão em avaliação na Operação Skala.

A denúncia aponta que existem elementos concretos de que Yunes e o coronel Lima atuaram em prol da organização criminosa do PMDB. Uma delas seria a admissão feita pelo advogado de que recebeu um pacote de dinheiro da Odebrecht a pedido do ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha.

Alvos no exterior voltam para depor

« Os três integrantes da família Torrealba, do Grupo Libra, também alvo da Operação Skala estão voltando ao Brasil para prestar depoimento. Os advogados de Gonçalo Borges Torrealba, Rodrigo Borges Torrealba e Ana Carolina Borges Torrealba, informaram à Procuradoria-Geral da República que seus clientes estão a caminho do Brasil para prestar esclarecimentos.

O grupo é suspeito de ter se beneficiado com mudanças na legislação do setor portuário conduzidas pela equipe do presidente Michel Temer.

Com a alegação da defesa, a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, informou que não

vai pedir a adoção de nenhuma medida nova contra eles, como a emissão de um alerta de prisão junto a Interpol.

Quando a operação foi deflagrada na quinta-feira, somente uma integrante da família, que é dona do Grupo Libra, Celina Torrealba, foi presa temporariamente no Rio de Janeiro.

Segundo pessoas ligadas à família, eles estavam na Europa. Celina era o único alvo da operação que estava detido na Superintendência da Polícia Federal no Rio de Janeiro. Os outros nove investigados estavam presos na carceragem da Polícia Federal em São Paulo.

GIRO POLÍTICO



FABRÍCIO CHRISTI/TV GAZETA

Moradores da Praia do Suá montaram boneco representando ministro do STF

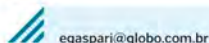
TRADIÇÃO

Gilmar Mendes vira alvo de “malhação de Judas”

Moradores da Praia do Suá, em Vitória, se reuniram ontem para a tradicional “malhação de Judas”, do Sábado de Aleluia. O alvo escolhido pelos populares foi um boneco que representava o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes. A decisão de malhar o ministro

foi feita durante uma votação na comunidade. “Tivemos Gilmar Mendes e tivemos Temer, mas a maioria, 90%, votou em Gilmar Mendes porque ele está querendo votar a favor do presidente Lula e nós estamos reivindicando para que ele pense duas vezes o que vai fazer com o povo brasilei-

ro”, disse o líder comunitário, Emanuel Ribeiro. A malhação de um boneco que representa o discípulo que traiu Jesus acontece na rua Almirante Tamandaré há mais de 40 anos. No ponto alto da manifestação, moradores colocam fogo nos bonecos e os arrastam pelas ruas da cidade.


 egaspari@globo.com.br

**ELIO
GASPARI**


O ministro Barroso flechou Temer

Michel Temer está convencido de que se não tivesse sido bombardeado pelo grampo de Joesley Batista, teria aprovado a reforma da Previdência e o destino de seu governo seria outro. O problema é que foi ele quem abriu a porta do Jaburu para o empresário.

Temer parece ser uma reencarnação do sujeito que estava em Hiroshima, tomou um trem e foi para Nagasaki,

sobrevivendo a duas bombas atômicas. Com o escândalo de suas relações perigosas e da MP dos Portos na vitrine, seu governo continua, mas acabou. O ministro Luís Roberto Barroso teria achado o mapa da Ilha do Tesouro. E não haverá "jogada de mestre" capaz de recolocá-lo de pé. Apesar disso, resta a Temer a oportunidade de presidir a campanha eleitoral como o presi-

dente que gostaria de ter sido.

A campanha parece apenas radicalizada, mas está acima de tudo desorientada. O candidato que lidera as pesquisas está mais perto da cadeia do que do Planalto. Sonha-se com um nome que una o centro, mas ninguém sabe o que vem a ser esse centro, além de um disfarce do "mais do mesmo" que produziu as geleias dos

plenários do Congresso e do Supremo Tribunal Federal. Temer não é responsável por essa confusão, mas ajudaria a clarear as águas se fechasse sua agência de marquetagens.

Havendo uma denúncia da procuradora-geral, ela corroerá a imaginação dos *çábios* do palácio, mas é improvável que essa iniciativa leve à sua deposição. Afinal, não há um vice conspirando contra ele, e o tempo corre a seu favor, pois faltam só seis meses para a eleição.

"O Mecanismo"

A série "O Mecanismo", de José Padilha, tem duas imprecisões, uma de natureza estética, a outra, demográfica.

A figura de "O mago", inspirada no advogado Márcio Thomaz Bastos, mostra um senhor pessimamente vestido, que trabalha num escritório pernóstico, enfeitado com um enorme retrato seu.

Márcio vestia-se impecavelmente, seus ternos não tinham dobras e suas salas não tinham retratos.

A segunda imprecisão, demográfica, mostra um negro entre os poderosos empreiteiros capturados pela Lava Jato. Pena. Ao contrário do que acontece com as estatísticas prisionais de Pindorama, nunca houve negro preso pelo juiz Sérgio Moro.

Em compensação, o Marcelo Odebrecht de Padilha é irretocável, e será um dos principais personagens da nova série.

Pai da Ficha Limpa lança nome ao governo de Tocantins

O ex-juiz eleitoral Márton Reis, um dos idealizadores da Lei da Ficha Limpa, lançou, ontem, sua candidatura ao governo de Tocantins.

A disputa, que acontece em junho por determinação do Tribunal Superior Eleitoral, é para concluir o mandato 2015-2018, após o afastamento do governador Marcelo Miranda (MDB) e da vice Cláudia Lelis (PV). O vencedor vai cumprir o mandato até 31 de dezembro.

Crítico da conduta de políticos, o ex-juiz não considera a candidatura como uma mudança de lado.

“As pessoas têm de participar, em vez de só cobrar. A política é muito importante para abrir mão do processo e deixar nas mãos de pessoas sem compromisso ético”, declarou.

LINHA VERDE

Moradores pedem para adiar volta da faixa só para ônibus

Associação de Mata da Praia cobra prova de que viagem de ônibus ficou mais rápida com a implantação do sistema na Dante Michelini

Rafael Gomes

A faixa exclusiva para ônibus na avenida Dante Michelini, em Vitória, volta a funcionar na próxima semana, mas os moradores querem que o retorno seja adiado até que a prefeitura prove que o sistema realmente funciona.

Para isso, a Associação de Moradores da Mata da Praia vai solicitar dados do tacógrafo dos coletivos, equipamento que monitora o tempo e a distância percorrida pelo veículo.

"Gostaríamos de ter acesso aos dados dos ônibus que circulam na via para calcular o ganho de velocidade e a economia de tempo. Depois, vamos calcular a perda de tempo que esses mesmos ônibus estão tendo nos engarrafamentos gerados pela Linha Verde. Precisamos debater com dados", afirmou o presidente da associação, Paulo Victor Aquino.

A justificativa defendida pelos moradores do bairro é de que até mesmo os passageiros de ônibus estariam sendo prejudicados pelo corredor exclusivo. Isso porque a redução de uma das faixas da Dante Michelini estaria causando congestionamento de carros e ônibus nas avenidas Américo Buaiz e Saturnino de Brito, antes de chegar à Ponte de Camburi.

"O tempo que eles passaram a perder no congestionamento para acessar a via não compensa o tempo que ganham com a fluidez do trânsito na Linha Verde", disse Aquino.

Os moradores também aguardam da prefeitura uma resposta sobre o pedido de reunião para tratar sobre o sistema. O pedido foi oficializado há dez dias por moradores de Jardim Camburi, Mata da Praia e Bairro República, mas até o momento a administração municipal ainda não se pronunciou.

"Não houve diálogo com os moradores", afirmou o presidente da Associação de Moradores do Bairro República, Walter Guedes.

A prefeitura foi procurada pela reportagem para comentar sobre a solicitação dos moradores, mas não respondeu. O posicionamento do Executivo foi apenas sobre a decisão do juiz Délio Rocha Sobrinho, que derrubou a liminar que suspendia a faixa exclusiva.

"A Procuradoria informa que assim que analisar o teor da decisão, irá orientar o Poder Executivo como proceder", afirmou, em nota.



CONGESTIONAMENTO e motoristas na faixa exclusiva: polêmica durante os nove dias de funcionamento do sistema

Advogado vai recorrer de decisão

Responsável pela ação que suspendeu a Linha Verde na semana passada, o advogado Amarildo Santos está reunindo documentos que poderiam comprovar que a Prefeitura de Vitória não realizou audiências públicas sobre a faixa exclusiva para ônibus.

A realização de consulta pública foi confirmada pelo juiz Délio Rocha Sobrinho, do Tribunal de Justiça do Estado (TJ-ES), que decretou o retorno do sistema na última terça-feira. Ele considerou que a prefeitura conseguiu comprovar

que fez audiências.

"Estamos reunindo uma série de documentos que derrubam a tese de que houve debate. Vamos contestar esse argumento", afirmou o advogado, que vai recorrer na próxima semana.

Amarildo reconheceu, no entanto, que os debates realizados em 2006 e 2007 para o Plano de Mobilidade Urbana tratavam do assunto. Mas, segundo ele, isso poderia não ter validade. "Foi há mais de dez anos", ressaltou o advogado.

Nos documentos anexados ao

processo, a Prefeitura de Vitória alega ter realizado 22 reuniões com 75 associações de moradores e lideranças comunitárias em 2017. Nesses encontros, a ampliação da Linha Verde foi debatida.

A alegação para suspender a Linha Verde é de que a prefeitura descumpriu a Lei Federal 12.587/2012, que regulamenta a Política Nacional de Mobilidade Urbana. Ela prevê que a administração pública realize audiências para debater o projeto com os moradores antes da execução.

SAIBA MAIS

Linha Verde vira caso na Justiça

Linha Verde

- > A FAIXA EXCLUSIVA para ônibus na avenida Dante Michelini, em Vitória, foi inaugurada no dia 12 deste mês.
- > A PROPOSTA da Prefeitura de Vitória era priorizar o transporte coletivo para reduzir o tempo de viagem dos ônibus.
- > O SISTEMA funcionou por nove dias, mas dividiu a opinião de moradores. Enquanto muitos passageiros de ônibus elogiaram o sistema, os motoristas criticaram o aumento do congestionamento em outras vias da cidade.

Caso na Justiça

- > A LINHA VERDE foi parar na Justiça quando a moradora de Jardim Camburi Lúcia Rezende entrou com um

processo na Justiça pedindo a suspensão do sistema.

- > A ALEGAÇÃO é de que a prefeitura descumpriu a Lei Federal 12.587/2012, que regulamenta a Política Nacional de Mobilidade Urbana. Ela prevê que a administração pública realize audiências para debater o projeto com os moradores antes da sua execução.

Suspensão

- > A JUSTIÇA acatou o pedido da moradora e suspendeu a Linha Verde no último dia 21.
- > NA DECISÃO, o juiz Mário da Silva Nunes Neto, da 3ª Vara da Fazenda Pública, afirmou que a prefeitura violou regras previstas na legislação federal, já que a população não teria

sido consultada sobre a implantação do sistema.

Linha Verde: o retorno

- > A PREFEITURA de Vitória recorreu da decisão e conseguiu derrubar a liminar que suspendia a Linha Verde. Com isso, o sistema deve voltar a funcionar na próxima semana.
- > EM SUA DECISÃO, o juiz Délio Rocha Sobrinho, do Tribunal de Justiça do Estado (TJ-ES), confirmou que a Prefeitura de Vitória realizou consultas públicas em 2006, 2007 e no ano passado.
- > A MORADORA que entrou com a ação disse que vai recorrer na próxima semana para derrubar a liberação da via.

Fonte: Pesquisa AT.

TRIBUNA LIVRE



CARLOS FONSECA

STF na encruzilhada da História

Na última semana, o Supremo Tribunal Federal “decidiu que vai decidir, mas não agora” sobre o habeas corpus do ex-presidente Lula. Ainda assim, o STF sustou qualquer eventual ordem de prisão contra Lula até que, enfim, a Corte resolva decidir o caso. Com isso, o órgão de cúpula do Poder Judiciário brasileiro colocou-se em uma situação, no mínimo, constrangedora.

Até nove anos atrás, entendia-se que o cumprimento da pena só poderia ter início depois de esgotadas todas as fases recursais (incluindo-se os recursos para o próprio STF), em nome do princípio da presunção de inocência, previsto na Constituição da República.

Ocorre que, em 2009, a Suprema Corte iniciou um movimento de alteração do seu entendimento histórico, passando a definir que o cumprimento da pena após a condenação em segunda instância não violaria o mencionado princípio.

Em 2016, o STF ratificou essa mudança de posição, em uma de-

cisão que passou a surtir efeitos sobre todos os demais órgãos do Judiciário. Concorde-se ou não, esta é a atual interpretação definida pela Suprema Corte.

Pois bem. Agora, quando o ex-presidente Lula está na iminência de ter sua condenação penal confirmada em segunda instância e, por consequência, possivelmente ter sua prisão decretada, há uma tentativa de parte dos ministros do Supremo de se retomar a discussão sobre o tema.

Ora, se há apenas dois anos, o STF confirmou sua mudança de entendimento para se permitir o início do cumprimento da pena após a condenação em segunda instância, e nesse período não houve nenhuma alteração legal nesse campo, seria coerente reabrir tal debate em razão da condenação de um único indivíduo?

Não seria um extremado casuismo, no afã de beneficiar uma pessoa específica em detrimento da estabilidade institucional e da segurança jurídica? Se qualquer Fulano de Tal (como eu ou você, caro leitor) estivesse na mesma situação do ex-presidente, teria o

condão de fazer o Supremo reabrir essa discussão?

O salvo-conduto que o STF concedeu a Lula, no sentido de não poder ser preso até que a própria Corte resolva definitivamente o pedido de habeas corpus, já significa uma suspensão provisória do entendimento atual de que o condenado em segunda instância pode ser recolhido à prisão.

É possível – embora improvável – que, no julgamento definitivo do habeas corpus, o STF volte a confirmar sua posição e negue ao ex-presidente o direito de responder em liberdade até o fim de todas as instâncias recursais, o que fatalmente implicaria a im-

nente condução de Lula ao cárcere.

É claro que a prisão de um ex-presidente e principal pré-candidato nas eleições que se avizinham teria um impacto gigantesco no âmbito político, podendo inflamar ainda mais as

paixões ideológicas e provocar reações sociais destemperadas.

Todos os arroubos discursivos que vêm sendo proferidos através da mídia influenciam a opinião pública e a formação da consciência coletiva brasileira.

E, no meio desse aparente caos, o papel do Judiciário é o de conferir estabilidade às relações sociais e políticas.

Entretanto, indevidamente pressionado e deixando-se pressionar por corporações político-jurídicas, a Suprema Corte aceitou colocar-se numa histórica encruzilhada, ao tergiversar sobre sua posição jurídica, ao titubear sobre seu papel de guardião da Constituição da República e ao vacilar na posição de fiel garantidor da estabilidade institucional do País.

Carlos Fonseca é magistrado e escritor.

O Judiciário deve conferir estabilidade às relações sociais e políticas

miriamleitaio@oglobo.com.br

MÍRIAM
LEITÃO

O sinal mais importante dado com as prisões de ontem é o de que o movimento de combate à corrupção continua forte e atuante

Os sinais da operação

O presidente Michel Temer foi duas vezes denunciado pelo Ministério Público, é investigado pela Polícia Federal e ontem a Procuradoria-Geral pediu a prisão de 13 pessoas ligadas a ele, algumas são seus amigos de longa data. Das duas primeiras denúncias ele conseguiu se livrar através de estratégias no Congresso. Há pouco mais de dez meses, ele se tornou um presidente encurralado.

A operação Skala trouxe muitos sinais e nenhum é bom para o governo Temer. O primeiro é que todo o esforço que Temer fez para bloquear no Congresso as duas primeiras denúncias da Procuradoria-Geral da República não o blindaram. Venceu as batalhas, mas não a guerra. Ele conseguiu derrubar as duas denúncias porque há no Congresso um sentimento de autoproteção, muitos dos que votaram a favor dele são alvo, ou temem ser, da operação anticorrupção.

O segundo é que ao contrário do que foi dito pelo ex-diretor da Po-

lícia Federal Fernando Segovia, o inquérito contra Temer não está em vias de ser arquivado por falta de conteúdo probatório. Se as evidências não fossem fortes, a PGR não pediria as prisões dessas 13 pessoas e o ministro Luís Roberto Barroso não as teria concedido.

Terceiro sinal é que se os indícios de corrupção se tornarem mais robustos, Temer pode vir a enfrentar uma terceira denúncia. As duas primeiras foram feitas por Rodrigo Janot. A defesa aproveitou erros cometidos pelo ex-procurador-geral e o envolvimento do seu antigo assessor, Marcelo Miller, com o grupo JBS para tratar as denúncias como parte de uma perseguição pessoal ao presidente. Se houver nova denúncia, ela será apresentada pela procuradora Raquel Dodge, da qual se dizia, indevidamente, que fazia parte do esquema para reduzir a pressão do Ministério Público sobre os políticos.

As autoridades parecem trabalhar com a tese da continuidade delitiva porque estão sendo avaliados fatos muito anteriores ao mandato, indícios de recebimento de propina, através de pessoas ligadas a ele, desde os anos 1990.

Só essa continuidade permitiria que ele fosse denunciado agora por fatos que aconteceram antes do seu mandato. É por isso que o rastro seguido pelos investigadores é de negócios no Porto de Santos, em cuja gestão o presidente Temer sempre teve influência, através de seus indicados. E o elo de todo esse passado ao presente é o objeto central da investigação: o suposto favorecimento da Rodrimar no decreto dos Portos.

Os investigadores estão montando um quebra-cabeças que junta as várias vezes em que o presidente foi citado: nas delações de executivos e proprietários da JBS, na delação do doleiro Lúcio Funaro, na operação controlada em torno de Rocha Loures na qual o então assessor presidencial foi gravado em conversa com o executivo da empresa portuária.

A operação Skala mirou pessoas que estão inequivocamente ligadas ao presidente, como o ex-assessor presidencial e amigo de décadas José Yunes e o homem de confiança coronel João Batista Lima, deixando claro quem é que está no foco principal da operação.

Desde o dia 17 de maio do ano passado, há pouco mais de dez

meses, a presidência de Temer tem estado encurralada. Naquele dia, foi divulgado o teor da conversa gravada pelo empresário Joesley Batista com o presidente no Jaburu. Há momentos em que o cerco parece mais fraco e há dias, como o de ontem, em que a prisão fica maior, mas desde aquela data o governo entrou em outra frase e se enfraqueceu. A reforma da Previdência, que estava para ser votada, entrou em agonia e assim ficou por meses até ser deixada de lado. Ontem foi um dia em que o governo até teve uma vitória na economia. Contra todas as previsões o leilão de petróleo foi bem sucedido e arrecadou R\$ 8 bilhões, mas este é um governo marcado pelas suspeitas de corrupção pretéritas e presentes.

O sinal mais importante dado com as prisões de ontem é o de que o movimento de combate à corrupção continua forte e atuante e que o alvo da operação Lava Jato nunca foi apenas um partido ou uma tendência política, mas a corrupção esteja onde estiver.

Com Alvaro Gribel (de São Paulo)
blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao

PAÍS EM CRISE

CASA DA FILHA DE TEMER SOB SUSPEITA



Fachada da casa de Maristela Temer, em São Paulo, que passou por reforma



FOTOS: REPRODUÇÃO DE TV

PF investiga se presidente recebeu pagamentos ilícitos da obra

BRASILIA

« A reforma na casa de uma das filhas de Michel Temer (PMDB) foi um dos focos da Operação Skala, deflagrada ontem pela Polícia Federal e que teve como alvo amigos do presidente. A arquiteta Maria Rita Fratezi, responsável pelas obras realizadas em 2014 no imóvel de Maristela Temer, foi intimada para depor pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso, que autorizou as diligências.

Maria Rita é mulher do coronel João Baptista Lima, amigo de Temer e suspeito de receber propina em nome do peemedebista. Na solici-

tação encaminhada ao ministro, a PF que chegou a pedir a condução coercitiva de Maria Rita e do coronel Lima, afirmou que há suspeitas envolvendo a arquiteta e a empresa na qual ela é sócia do marido, a PDA Projeção e Direção Arquitetônica.

“Trata-se da empresa que realizou reforma de alto custo em imóvel da senhora Maristela Temer, filha do excelentíssimo senhor presidente da República. Há informações sobre pagamentos de altos valores em espécie”, diz a representação.

No entanto, a Procuradoria-Geral da República (PGR) avaliou que, neste momento, não era necessá-

rio solicitar a prisão temporária de Maria Rita, mas apenas de seu marido. Nenhum dos dois foi ouvido pela PF ontem, porque aguardavam a chegada de uma equipe de procuradores para acompanhar as oitivas.

Operação Skala

« O nome Skala, que batiza a operação da Polícia Federal, refere-se ao porto da ilha grega de Patmos, local para onde o apóstolo João foi exilado e onde escreveu o livro do Apocalipse.

Essa é a primeira prova de elo financeiro entre o coronel Lima e Michel Temer. A suspeita dos investigadores é que a reforma tenha sido paga com dinheiro de propina.

Em junho do ano passado, o “Jornal Nacional” revelou que um dos fornecedores que trabalhou na obra da casa de Maristela Temer admitiu ter recebido R\$ 100 mil em dinheiro vivo da arquiteta.

A filha de Temer comprou a casa – de 350 metros quadrados de área construída no Alto de Paineiros, na Zona Oeste de São Paulo – em 2011. Três anos depois, o imó-

vel foi passado por uma grande reforma.

RECIBOS

Quando a operação Patmos, resultado da delação da JBS, foi deflagrada, em maio de 2017, e mirou Temer e seus aliados, como o coronel Lima, a PF encontrou na empresa dele documentos relativos à obra. Um dos recibos apreendidos pela PF mostrou que a Argeplan, empresa do coronel, quitou despesas da reforma do imóvel de Maristela.

No apartamento de Lima os investigadores localizaram um e-mail da construtora que fez a obra cobrando R\$ 40 mil de Maria Rita pela

conclusão de uma etapa do empreendimento.

No mesmo local, encontraram documentos rasgados referentes ao imóvel e que seriam descartados. Na época, os investigadores suspeitaram que o episódio pudesse ser uma tentativa de destruição de provas. Essa é a primeira vez que a mulher de Lima foi intimada no âmbito das investigações.

A Argeplan é suspeita de ser a principal repassadora de recursos para Temer. Além de alvo de apurações por pagar despesas pessoais do presidente, ela teria recebido propina de companhias que atuavam no Porto de Santos. (Agência O Globo)

Alvos negam irregularidades

« Alvos da Operação Skala criticaram a decisão do ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), de determinar prisões temporárias e negaram irregularidades.

A defesa do advogado José Yunes, amigo do presidente Michel Temer (PMDB), considerou “inaceitável a prisão de um advogado com mais de 50 anos de advocacia, que sempre que intimado ou mesmo espontaneamente compareceu a todos os atos para colaborar”.

“Essa prisão ilegal é uma violência contra José Yunes e contra a cidadania”, criticou o defensor de Yunes, José Luis Oliveira Lima.

Os advogados Cristiano Benzota e Maurício Silva Leite refutaram enfatica-

MARIVALDO OLIVEIRA/AG ESTADO



Antonio Celso Grecco foi preso em operação

mente as suspeitas de envolvimento do coronel João Baptista Lima Filho no suposto esquema de favorecimento a empresas do setor portuário em troca de propinas.

A defesa afirma que o estado de saúde do coronel “é muito delicado e que o seu quadro médico tem sido informado às autoridades”.

Já o advogado Fabio Toffic, que defende Antonio Celso Grecco, disse que se manifestaria depois de saber os motivos da prisão do sócio da Rodrimar.

A Rodrimar afirmou em uma nota que “nunca recebeu qualquer privilégio do poder público em mais de sete décadas de existência”.

A defesa do ex-ministro da Agricultura Wagner Rossi considerou “abusivas” as medidas tomadas. “Wagner Rossi aposentou-se há sete anos. Desde então, nunca mais atuou profissionalmente na vida pública ou privada. Também nunca mais participou de campanhas eleitorais ou teve relacionamentos políticos”, informou a equipe do Toscano Sociedade de Advogados. (Agência Estado)

Janot sobre operação: “Começou?”

« O ex-procurador-geral da República Rodrigo Janot, que deixou o cargo em setembro do ano passado após duas denúncias apresentadas contra o presidente Michel Temer (PMDB), usou o Twitter ontem para comentar a operação que prendeu, entre outros investigados, o advogado, amigo pessoal e ex-assessor do presidente, José Yunes.

Ao citar a operação, Janot perguntou: “Começou?” Em seguida, respondeu: “Acho que sim.” Ano passado, Janot denunciou Temer em duas oportunidades com base na delação dos irmãos Joesley e Wesley Batista. (Agência Estado)

Marun aponta complô contra candidatura

« Depois de alinhar o discurso com o presidente Michel Temer (PMDB), o ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun, disse que a Operação Skala mostra que há “um complô” e que os “canhões da conspiração” tentam inviabilizar a candidatura do presidente à reeleição.

“Entendemos que a decisão do presidente de colocar a possibilidade de vir a disputar a eleição faz com que se dirijam contra nós os canhões da conspiração”, afirmou. “O que aconteceu não deixa de ser um reconhecimento de que eu, nas minhas afirmações, sempre estive certo, que se buscava investigar um assassinato onde não existe cadáver. O de-

creto dos portos não beneficia a Rodrimar”, disse.

Segundo o ministro, “Temer já é o melhor presidente do País “por hora de mandato”. “Sempre que o Brasil dá uma reagida, surgem flechas envenenadas dirigidas ao presidente Temer”, destacou. (Agência Estado)

ALAN SANTOS/PR



Carlos Marun apontou “flechas envenenadas”

merval@oglobo.com.br

MERVAL PEREIRA



Não é preciso ser um especialista para entender que tantos presos em torno do presidente da República significam que há provas suficientes para uma ação policial dessa envergadura

Temer preso ao passado

Num momento em que os fatos parecem confluír para uma grande aliança suprapartidária, não para uma união em torno da busca do diálogo para desarmar literalmente as mãos, e os espíritos, mas para um acordão para a manutenção do status quo que garanta a impunidade, a ação fechando o cerco em torno do presidente Michel Temer revigora o ânimo republicano da sociedade, que clama por demonstrações de Justiça.

Não é preciso ser um especialista para entender que tantos presos em torno do presidente da República significam que há provas suficientes para uma ação policial dessa envergadura. Todos os homens do presidente estão envolvidos, de uma maneira ou de outra, em investigações policiais.

Um terceiro processo contra Michel Temer parece claramente delineado, ainda mais porque foi a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, quem pediu as prisões, que não seriam autorizadas pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso se não houvesse bons motivos. E um bom motivo

poderia ser uma delação premiada do ex-assessor Rodrigo Rocha Loures, aquele da mala de R\$ 500 mil, que estranhamente não está entre os presos ontem.

Quase impossível imaginar que se trate de um equívoco, ou uma perseguição política, ou um malabarismo jurídico, como classificou o próprio Temer, tentando mostrar-se publicamente calmo. Mas é impressionante como o passado não perdoador Temer e seus associados.

As denúncias feitas, e a que provavelmente será apresentada à presidência da Câmara a partir dessas investigações, se referem a atos no exercício da Presidência da República, mas estão ligados à prática política de uma vida toda.

A foto do coronel Lima fardado na posse do jovem Michel Temer na Secretaria de Segurança Pública de São Paulo é exemplar. Se vier, porém, um novo pedido para processar o presidente da República, deve ter o mesmo destino dos anteriores, pois, no final do mandato, abandoná-lo não representaria ganho político para sua base, logo no início da campanha eleitoral.

Há quem, no entorno do deputado Rodrigo Maia, considere que esta é uma oportunidade de ouro para ele, que poderia concorrer à Presidência da República como presidente interino, eleito indiretamente pela mesma maioria que

Os pontos-chave

1

Ação fechando o cerco em torno de Temer revigora o ânimo republicano da sociedade, que clama por demonstrações de Justiça

2

Todos os homens de Temer estão envolvidos, de uma maneira ou de outra, em investigações policiais

3

Um terceiro processo contra o presidente Temer parece claramente delineado

condenaria o presidente Temer. Seria um desfecho surpreendente e lamentável, um vice-presidente sucedendo a outro, numa demonstração explícita da decadência da democracia brasileira.

Mesmo que isso não aconteça, o dano político está feito, Temer entra na eleição (se entrar, o que fica cada vez mais distante) sem a menor condição de ser um participante competitivo, e nem mesmo os partidos da base do governo se dispõem a defendê-lo. Mais um proble-

ma para a tentativa de encontrar um candidato de centro que se contraponha às posições extremas.

É possível também antever que o próprio ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, desista de sua aventura presidencialista, pois além de não ter grandes chances por representar um governo desmoralizado, teria que entrar no PMDB, um partido também marcado pela acusação de corrupção em todos os níveis e em diversos estados.

O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, na busca de uma posição que neutralize a ascensão visível de Jair Bolsonaro, deu uma de radical como primeira reação ao denunciado atentado contra a caravana de Lula: "O PT colhe o que plantou". Nada parecido com Bolsonaro simulando um tiro na cabeça de um boneco de Lula presidiário, mas uma tentativa desastrosa de mostrar-se capaz de enfrentar o ex-presidente.

Recuou depois, voltando ao simulacro de estadista. Mas, infelizmente, o eleitor parece não estar em busca de estadistas. E se estivesse, nem com a lanterna de Diógenes encontraria um entre nossos homens públicos. Os que posam de tal, como Temer e o próprio Alckmin, não correspondem ao perfil, nem têm liderança que o país necessita neste momento.

PAÍS EM CRISE



PRISÕES ACENDEM TEMOR POR DENÚNCIA

Com amigos atrás das grades, Temer pode ser alvo



Luís Roberto Barroso
determinou prisões

BRASÍLIA

▲ A prisão de amigos do presidente Michel Temer (PMDB), investigados no inquérito que apura irregularidades no decreto presidencial sobre o setor portuário, deixou preocupados ministros e assessores do presidente. Está instalado no gabinete presidencial o temor de que a Procuradoria-Geral da República apresente a terceira denúncia contra o chefe do Executivo.

Neste caso, o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), colocaria o tema em pauta e deixaria que os parlamentares decidissem se iriam ou não poupá-lo novamente. As consequências de mais uma denúncia são as piores possíveis. Caso seja aceita pela Câmara, o presidente é afastado imediatamente do cargo. Mas, mesmo sendo arquivada, o potencial de estrago é enorme sobre a provável campanha eleitoral de Temer à reeleição.

Parlamentares que já salvaram a pele do presidente duas vezes enfrentariam mais dificuldades para voltar a fazê-lo em ano de eleição, avaliam aliados do governo. E, se fizessem, cobrariam mais caro.

Se o governo já ficaria em segundo plano em 2018 por conta do cenário eleitoral,



Amigos do presidente, José Yunes e coronel Lima foram presos. Lima passou mal quando a PF chegou

os novos fatos deixam a administração Temer "completamente paralisada". "O jogo eleitoral já começa com um perdedor, que é o governo. O Temer, obviamente, fica fragilizado para concorrer, e o governo entra em paralisia completa. Além disso, enfrentar uma terceira denúncia em ano eleitoral vai ser perigosíssimo", avaliou um dos aliados próximos ao presidente.

Outra análise do Planalto é que o cenário sem Temer no páreo eleitoral fortalece o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, que vai se filiar ao PMDB no início da semana que vem e

FELIPE RAU/AGÊNCIA ESTADO - ARQUIVO

quer ser o cabeça de chapa para presidente.

Um ponto tido como determinante no governo, e que será acompanhado com lupa pelos ministros, é

TROCA

"Há possibilidade de se estar diante de um esquema de concessão de benefícios públicos em troca de recursos privados"

LUÍS ROBERTO BARROSO
MINISTRO DO STF



IMAGEM/TV GLOBO

como vai se comportar Rodrigo Maia diante de uma terceira denúncia. É ele o responsável por pautar a votação, por isso o Planalto acredita, sem esconder a preocupação, que o contexto atual "dá muito poder" ao presidente da Câmara.

AMIGOS DO PEITO

A Operação Skala cumpriu mandados de prisão e de busca e apreensão em meio à investigação sobre o inquérito dos portos. A suspeita é de que Temer assinou a medida para favorecer empresas indevidamente, entre elas a Rodrimar. Amigos do presidente, co-

mo o ex-assessor José Yunes e o coronel da reserva da PM João Baptista Lima, foram presos temporariamente.

O esquema estaria relacionado ao Porto de Santos, tradicional reduto de influência política do presidente Temer. APF realizou a operação em tempo recorde, sob a justificativa de "risco concreto de destruição de provas". Os mandados foram expedidos pelo ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal. A investigação teve origem na delação premiada dos donos da JBS—Joesley e Wesley Batista—no ano passado. (Agência O Globo)

Barroso: esquema de 20 anos

▲ O ministro Luís Roberto Barroso apontou a possibilidade de estar em andamento, desde há mais de 20 anos até hoje em dia, um esquema de concessão de benefícios públicos no setor dos portos em troca de recursos privados para fins pessoais e eleitorais. Essa é uma das principais justificativas para a Operação Skala. Essa avaliação vem de informações que faziam parte de um inquérito já arquivado pelo Supremo, que foi resgatado para a investigação atual.

O ministro apontou que há "indícios que demonstram a possibilidade de se estar diante de um esquema contínuo de concessão de benefícios públicos em troca de recursos privados". Sobre o decreto dos portos, em si, que é o motivo da investigação, Barroso apontou que a operação tem por objetivo esclarecer pontos centrais da investigação, "notadamente quanto à natureza, nexo de subordinação existente, entre os envolvidos e, principalmente, se os investigados receberam vantagens indevidas, como 'recompensa' pela edição do decreto". (Agência Estado)

PRESOS NA OPERAÇÃO SKALA

PRISÕES NA OPERAÇÃO

▶ José Yunes

Ex-assessor de Michel Temer. "Deve ser ouvido novamente, uma vez que na primeira oitiva teria se utilizado de subterfúgios para não responder claramente os questionamentos. Em especial os relacionados à transferência de bens para os investigados e pessoas próximas."

▶ Coronel João Baptista Lima

Coronel da reserva da Polícia Militar de São

Paulo e amigo de Michel Temer há muitos anos. "Suspeito de ser responsável pela captação de recursos irregulares para o excelentíssimo senhor presidente da República, por meio de suas empresas, em especial a Argeplan. Tem justificado o reiterado não comparecimento em razão de restrições de saúde."

▶ Wagner Rossi

Ex-ministro da Agricultura. "Presidente

da Codesp entre 2000 e 2001, e ministro da Agricultura entre 2010 e 2011. Em ambos os cargos, foi indicado pelo presidente Michel Temer. Após exoneração pode ter continuado a receber 'mensalinho' de 100 mil reais pagos por Joesley Batista, a pedido do presidente."

▶ Antonio Celso Grecco

Presidente do grupo Rodrimar. "Há suspeitas que seja o principal articulador entre empresários do setor

portuário de Santos/SP, no interesse de sua empresa e agentes públicos envolvidos nos crimes investigados, inclusive proximidade com o presidente Michel Temer."

▶ Celina Borges Torrealba

Uma das donas do grupo Libra. "Esclarecer os motivos para doação eleitoral pessoal e do grupo Libra, de onde partiram os pedidos e possível solicitação indevida de valores em troca de renovação de

contratos de concessão em Santos/SP"

OUTROS PRESOS

▶ Milton Ortolan

Ligado ao ex-ministro Wagner Rossi.

▶ Eduardo Luiz de Brito Neves

Suposto responsável por apresentar Celso Grecco, da Rodrimar, para o coronel Lima, da Argeplan.

▶ Carlos Alberto Costa

Sócio fundador da Argeplan.

▶ Carlos Alberto Costa Filho

Filho do sócio fundador da Argeplan.

▶ Maria Eloisa Adenshon Brito Neves

Também sócia fundadora da Argeplan.

▶ Rodrigo Borges Torrealba, Ana Carolina Borges Torrealba e Gonçalo Torrealba

Dentre as suspeitas sobre o grupo Libra estão doações feitas por integrantes da família Torrealba nas eleições de 2014. Os Torrealba são acionistas do grupo.



QUEM FOI PRESO



José Yunes
Advogado e amigo de Temer desde a época da faculdade, nos anos 1960, Yunes foi assessor especial da Presidência até dezembro de 2016.



Antônio Celso Grecco
Empresário e dono da empresa Rodrimar, que opera no porto de Santos. Foi preso em Monte Alegre do Sul (SP).



João Batista Lima
É coronel da reserva da Polícia Militar de São Paulo e amigo de Temer. Ele assessorou o Presidente quando o emedebista assumiu pela primeira vez a Secretaria da Segurança Pública do governo paulista, ainda nos anos 1980.



Wagner Rossi
É ex-deputado federal e ex-ministro da Agricultura. Em 1999 e 2000, foi diretor-presidente da Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp). Foi preso em Ribeirão Preto (SP).



Milton Ortolan
Auxiliar de Wagner Rossi, foi secretário-executivo do Ministério da Agricultura e ex-secretário da Educação de Americana, município de São Paulo, onde foi preso.



Celina Torrealba
Uma das donas do grupo Libra, Celina foi presa em seu apartamento, no Leblon, no Rio de Janeiro.



TEMER discursa na inauguração do aeroporto de Vitória, enquanto seus amigos José Yunes, Antônio Celso Grecco e Wagner Rossi eram presos

OPERAÇÃO SKALA

Federal prende amigos de Temer no inquérito de portos

Investigadores suspeitam que decreto assinado por Temer possa ter favorecido indevidamente seus aliados e empresas

RIO

Em mais uma ofensiva da Lava a Jato contra o presidente Michel Temer (MDB), a Polícia Federal prendeu ontem seu núcleo de aliados mais próximos, sob suspeita de serem intermediá-

rios do recebimento de propina para o peemedebista por irregularidades no setor portuário.

Foram alvos de mandados de prisão temporária na Operação Skala o advogado José Yunes, amigo e ex-assessor de Temer no Palácio do Planalto; o coronel João Baptista Lima, amigo de longa data do emedebista; o ex-ministro da Agricultura Wagner Rossi e empresários com atuação no porto de Santos, tradicional reduto de influência política do Presidente.

A PF havia solicitado a condução coercitiva dos alvos, mas a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, entendeu que era caso de

prisão temporária, já que as coercitivas estão suspensas por entendimento do ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes.

Após o pedido de Raquel, feito na segunda, o ministro do Supremo Tribunal Federal Luís Roberto Barroso decidiu no dia seguinte e expediu 13 mandados de prisão temporária e 20 de busca e apreensão.

As prisões têm prazo de cinco dias, prorrogáveis por mais cinco. A PF cumpriu a operação em tempo recorde, sob a justificativa de "risco concreto de destruição de provas".

A decisão de Raquel Dodge de adotar medidas mais drásticas do que as solicitadas pela PF se anco-

rou não apenas na impossibilidade da condução coercitiva. Outro fator levado em conta foi a existência de elementos e provas que justificaram as prisões, um indicativo do avanço das investigações e da possibilidade de uma terceira denúncia contra Temer.

Foram presos ainda o dono da Rodrimar, Antônio Celso Grecco, e uma das donas do grupo Libra, Celina Borges Torrealba. Os investigadores suspeitam que um decreto presidencial assinado por Temer em maio do ano passado, que aumentou o prazo das concessões de áreas portuárias, possa ter favorecido indevidamente essas empresas.

Reforma da casa da filha vira alvo

A reforma na casa de uma das filhas de Michel Temer foi um dos focos da Operação Skala, deflagrada ontem pela Polícia Federal.

A arquiteta Maria Rita Fratezi, responsável pelas obras realizadas em 2014 no imóvel de Maristela Temer, foi intimada para depor pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso, que autorizou as diligências.

Maria Rita é mulher do coronel João Baptista Lima, amigo de Temer e suspeito de receber propina em nome do emedebista. Na solicitação encaminhada ao ministro, a PF, que chegou a pedir a condução coercitiva de Maria Rita e do coronel Lima, afirmou que há sus-



MARISTELA TEMER: suspeita

peitas envolvendo a arquiteta e a empresa na qual ela é sócia do marido, a PDA Projeção e Direção Arquitetônica.

"Trata-se da empresa que realizou reforma de alto custo em imóvel da senhora Maristela Temer, filha do excelentíssimo senhor pre-

sidente da República. Há informações sobre pagamentos de altos valores em espécie", diz a representação.

No entanto, a Procuradoria-Geral da República (PGR) avaliou que, neste momento, não era necessário solicitar a prisão temporária de Maria Rita, mas apenas de seu marido. Nenhum dos dois foi ouvido pela PF ontem, porque aguardavam a chegada de uma equipe de procuradores para acompanhar as oitivas.

Essa é a primeira prova de elo financeiro entre o coronel Lima e Temer. A suspeita dos investigadores é que a reforma tenha sido paga com dinheiro de propina.

Esquema já dura 20 anos

O ministro Luís Roberto Barroso apontou a possibilidade de estar em andamento, desde há mais de 20 anos até hoje em dia, um esquema de concessão de benefícios públicos no setor dos portos em troca



BARROSO determinou prisões

de recursos privados para fins pessoais e eleitorais.

Essa avaliação vem de informações que eram parte de um inquérito já arquivado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que foi resgatado para a investigação atual.

As investigações policiais apontam que o Decreto dos Portos, assinado por Michel Temer em 2017, "trouxe como principal benefício às concessionárias dos serviços portuários a ampliação do prazo de concessão para 35 anos, com a possibilidade de prorrogação por mais de 35 anos, o que resulta impacto financeiro milionário em rendimentos para as empresas envolvidas".



“Se existe respeito à Constituição Federal neste País, e entendemos que ainda deve existir, o Presidente não será denunciado”

MINISTRO DA SECRETARIA DE GOVERNO, Carlos Marun tentou minimizar a possibilidade de uma nova denúncia

OPERAÇÃO SKALA

Planalto vê cerco a Temer e 3ª denúncia

Interlocutores viram a prisão de amigos do Presidente como “um ato espetaculoso e temem que pretensões eleitorais sejam minadas”

VITÓRIA (ES)

Interlocutores do Palácio do Planalto classificaram como “um ato espetaculoso” a decisão do ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal, de autorizar a prisão de amigos próximos do presidente Michel Temer. Dizem haver um “complot” para tentar inviabilizar a candidatura de Temer à reeleição.

Entre os presos ontem na Operação Skala estão o advogado e ex-

assessor do governo José Yunes, com quem Temer jantou na última segunda-feira em São Paulo, e o coronel reformado da PM João Baptista Lima Filho.

Deflagrada a pedido da Polícia Federal e da Procuradoria-Geral da República, com autorização de Barroso, a operação foi vista nos bastidores como um indicativo de que a procuradora-geral, Raquel Dodge, possa apresentar nova denúncia contra o Presidente.

Se isso ocorrer, a avaliação no Planalto é que as pretensões eleitorais de Temer seriam minadas. Ele teria novamente que se dedicar a barrar o avanço da investigação na Câmara.

Se Dodge apresentar a terceira denúncia contra Temer, o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), colocaria o tema em pauta e deixaria que os

parlamentares decidissem se iriam ou não poupá-lo novamente.

O Presidente planeja entrar no páreo para um novo mandato e pode ter o ministro Henrique Meirelles (Fazenda) como vice. Meirelles deixará o PSD e se filiara ao MDB na próxima terça-feira.

Para um integrante da cúpula do MDB, um sinal de que a intenção dos mandados de prisão expedidos ontem seria dificultar a consolidação de Temer na disputa eleitoral é a coincidência de datas. Para os emedebistas, não é por acaso que a operação acontece às vésperas do ato de filiação de Meirelles.

O ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun, tentou minimizar a possibilidade de nova denúncia: “Se existe respeito à Constituição Federal neste País, e entendemos que ainda deve existir, o presidente não será denunciado”.

COLUNA DO ESTADÃO

ANDREZA MATAIS E MARCELO DE MORAES | colunadoestadao@estadao.com

Aliados de Temer falam em abandonar o governo

A prisão de três amigos do presidente Michel Temer e a possibilidade de a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, denunciá-lo no inquérito dos portos podem provocar uma debandada de aliados da base do governo e dificultar, até mesmo, a reforma ministerial. Quem pensava em sacrificar a eleição para assumir cargos na Esplanada passou o dia de ontem reavaliando a estratégia. Com a base enfraquecida e a quatro meses da campanha, ninguém aposta que Temer vai conseguir evitar que o Congresso autorize o STF a abrir processo contra ele.

Barbosa decide se filiar ao PSB e deve disputar a Presidência

O ex-ministro do Supremo Tribunal Federal Joaquim Barbosa decidiu que vai se filiar ao PSB até o dia 7 de abril, segundo o presidente do partido, Carlos Siqueira.

Com isso, ele pode disputar a Presidência da República pela legenda. Este é o prazo final para que qualquer pessoa que pretenda concorrer nas eleições deste ano se filie a alguma sigla partidária.

A decisão foi comunicada a Siqueira e ao deputado federal Alessandro Molon (RJ) durante encontro realizado na manhã de ontem, em uma padaria de Brasília. No entanto, publicamente o presidente socialista adotou cautela:

“Avançamos muito na reunião, mas para termos certeza da vinda dele ainda teremos que aguardar mesmo até o dia 7”.

Fachin espera que caso Lula se conclua no próximo dia 4

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Edson Fachin afirmou ontem que ainda no primeiro semestre deverão ser julgadas as primeiras ações penais originárias da Operação Lava a Jato na Corte.

Fachin disse que espera que o julgamento de habeas corpus do ex-presidente Lula, condenado a 12 anos na Lava a Jato, seja encerrado no próprio dia 4 de abril, data em que a sessão será retomada após ser suspensa no início da semana.

Em entrevista à TV nesta semana, Fachin chegou a dizer que estava preocupado com a segurança da sua família. Ontem, porém, ele citou a “agilidade” da presidente da Supremo, Cármen Lúcia, “de modo que qualquer preocupação que havia está dissipada”.

“A Justiça não se intimida”, garante Cármen Lúcia

Um dia depois de o ministro Edson Fachin, relator da Operação Lava a Jato, afirmar que sua família está recebendo ameaças, a presidente da Corte, Cármen Lúcia, disse que “a Justiça não se intimida”.

“A Justiça não se intimida, primeiro porque ela tem um papel constitucional a cumprir do qual ela não pode se subtrair. A prestação da Justiça significa atender a quem tem direito. O que o juiz ameaçado precisa é de garantia”, disse.

Cármen autorizou o aumento do número de agentes para escolta de Fachin e encaminhou ofício para todos os colegas do Supremo sobre a necessidade de reforço. Atualmente, cerca de 90 magistrados de todo o País estão sob escolta.

O STF comprometeu R\$ 14,5 milhões de seu orçamento em contratos de segurança em janeiro deste ano. Um dos contratos mantém 85 seguranças particulares armados para acompanhar os ministros.

RANDY PEREIRA/AGÊNCIA ESTADO



CÁRMEN LÚCIA: medidas

Adiamento de decisão sobre auxílio é comemorado

Em mensagens enviadas para uma lista de e-mail de procuradores da República, o presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República, José Robalinho, comemorou a decisão do ministro do STF Luiz Fux de enviar para a Advocacia Geral da União a discussão sobre o auxílio-moradia, em vez de submeter sua legalidade ao plenário.

“Objetivamente, ganha-se, desde logo, tempo, e flexibilidade nas soluções”, escreveu Robalinho.

Fux havia incluído o tema no julgamento do STF da quarta da semana passada. Na última hora, decidiu remeter o assunto para uma câmara de conciliação da AGU. O gasto com o auxílio será de R\$ 830 milhões só em 2018 no âmbito federal.



MALUF é escoltado, ao deixar a prisão: ele foi internado e deve ficar ainda dois dias no hospital em Brasília

Toffoli libera Maluf a cumprir pena em casa

Ministro considerou que o deputado "passa por graves problemas relacionados à sua saúde" e autorizou a prisão domiciliar

BRASÍLIA

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou ontem que o deputado Paulo Maluf (PP-SP), 86 anos, cumpra prisão domiciliar. Ele está preso na Papuda, em Brasília, desde dezembro.

Na decisão, Toffoli afirma que a defesa de Maluf apresentou documentos que comprovam que o deputado "passa por graves problemas relacionados à sua saúde no cárcere". O ministro destaca que a

imprensa noticiou na manhã de ontem que Maluf foi internado às pressas na noite de terça.

Toffoli determina que a defesa de Maluf junte aos autos o laudo médico do hospital em que o político está internado. O magistrado remeteu o caso para ser analisado pelo plenário do STF.

Cabe à presidente do STF, ministra Cármen Lúcia, marcar a data. A previsão é que entre na pauta do plenário dia 11 de maio.

Maluf ainda deve ficar ao menos mais dois dias no hospital em Brasília. Depois, vai cumprir a domiciliar em São Paulo, de acordo com seu advogado, Antônio Carlos de Almeida Castro, o Kakay.

Em maio de 2017, Maluf foi condenado pela 1ª Turma do STF a sete anos, nove meses e 10 dias de prisão em regime fechado, por lavagem de dinheiro, e à perda do mandato. Segundo a denúncia, enquan-

to era prefeito de São Paulo (1993 a 1996), Maluf ocultou e dissimulou dinheiro desviado da construção da avenida Água Espraiada.

PICCIANI

O deputado estadual Jorge Picciani (MDB-RJ) deixou a cadeia em Benfica, zona norte do Rio de Janeiro, por volta das 19h30 de ontem. Na terça, o STF aceitou, por 2 votos a 1, que o parlamentar passe a cumprir prisão domiciliar.

A 2ª Turma acatou o pedido da defesa que apresentou exames que mostram que Picciani passou por cirurgia para retirar a bexiga e a próstata, devido a um câncer, e precisa ser submetido a um tratamento pós-operatório.

Picciani, presidente afastado da Assembleia Legislativa do Rio, é acusado de receber propina para favorecer empresários do setor de transporte de passageiros.

COLUNA DO ESTADÃO

ANDREZA MATAIS E MARCELO DE MORAES | colunadoestadao@estadao.com



CLICK. Em entrevista à TV Justiça, o ministro do STF Luís Roberto Barroso (foto) já se referiu a livro do colega Gilmar Mendes como "grandes símbolos para minha geração".

Prefeito de Jaguaré vira réu por fraude e corrupção

A denúncia do Ministério Público do Estado contra o prefeito de Jaguaré, Rogério Feitani (PMN), decorrente da Operação Arremate, realizada em abril do ano passado, foi aceita pela 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado.

Feitani responde pela suposta prática dos crimes de organização criminosa para a prática de fraudes em processo seletivo, corrupção ativa e passiva.

O pedido de afastamento cautelar do prefeito do cargo não foi aceito pelos desembargadores. A defesa de Feitani alega que o prefeito não participou de nenhum ato ilícito.

MANDA OUTRO. Por causa do ato de filiação, Meirelles teve de mandar substituto para evento em Portugal organizado por Gilmar. Ele abriria as palestras no mesmo dia 3. A data foi escolhida por cair um dia antes do julgamento do HC do ex-presidente Lula pelo STF.

PAINEL

Avant-première

Próximo presidente do STF, Dias Toffoli dá sinais de que a condução da Corte vai mudar sob suas mãos. Durante o julgamento em que a denúncia contra o senador Romero Jucá e o empresário Jorge Gerdau foi rejeitada, chegou a dizer que a acusação tentou "criminalizar a política". Ontem, surpreendeu ao cassar a decisão de um colega para mandar Paulo Maluf à prisão domiciliar. O gesto, raríssimo, foi visto no mundo jurídico como sua pré-estreia como protagonista no tribunal.

Protesto pede Justiça pela morte de dois irmãos

“O morro está em luto. A comunidade está morta”. Com essas palavras uma dona de casa de 45 anos, que morou por 40 anos no Morro da Piedade, em Vitória, descreveu a morte dos irmãos Damião e Ruan Reis, na madrugada do último domingo. Cerca de 200 pessoas participaram do protesto.

Usando palavras de ordem e cartazes, eles seguiram da avenida Jerônimo Monteiro, no centro, até o Palácio Anchieta para entregar ao governador Paulo Hartung uma carta com pedidos, como celeridade nas investigações da morte dos irmãos. A carta foi protocolada no Palácio da Fonte Grande, no centro de Vitória.

“Percebemos que o caso dos irmãos não é um fato isolado. Nos últimos dias tivemos a morte de Marielle (vereadora assassinada no Rio), cinco pessoas da comunidade de Maringá morreram, na Rocinha (RJ) foram dois e no Complexo do Alemão também

houve mortes. É um genocídio dos jovens negros”, disse o integrante da Coordenação Nacional de Entidades Negras (Conen), Antônio Carlos do Nascimento.

O caso segue na Delegacia de Crimes Contra a Vida de Vitória. Segundo a polícia, Ruan foi pego em casa por criminosos, Damião soube e foi atrás do irmão para defendê-lo. Eles morreram com mais de 40 tiros.

Após denúncia de que traficantes estariam fiscalizando celulares de moradores do Morro da Piedade, o secretário da Segurança Pública, André Garcia, disse que toda denúncia vai ser investigada.

“Não vamos permitir coação. É absurda isso porque não há como impedir que haja acesso à polícia”. E sugeriu: “A pessoa pode usar o Disque-Denúncia 181 por um telefone público, celular de outra pessoa. Vamos adotar as providências necessárias para identificar os criminosos”, destacou.

Temer condena ameaças feitas a Edson Fachin

Presidente também comentou tiros disparados contra caravana de Lula

BRASÍLIA

« O presidente Michel Temer (PMDB) disse ontem que a ameaça a um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) não poderia acontecer no país. Na última terça-feira, o ministro Edson Fachin, que é relator da Operação Lava Jato no STF, disse que sua família tem recebido ameaças.

A declaração de Temer veio após o presidente ser indagado sobre a expectativa para o julgamento do habeas corpus preventivo

do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que acontece na próxima quarta-feira: "Veja que isso alcança até o Supremo Tribunal Federal, o próprio Supremo e os membros do Supremo ficam aflitos com isso. Você viu

que um deles até, ou alguns deles me parece, disseram que estavam sendo ameaçados. Isso não pode acontecer no país", afirmou o presidente em entrevista à Rádio Bandnews FM de Vitória.

AFLIÇÃO

"O próprio Supremo e os membros do Supremo ficam aflitos (...) Isso não pode acontecer no país"

MICHEL TEMER
(PMDB) PRESIDENTE



Edson Fachin é o ministro relator da Lava Jato no Supremo Tribunal Federal

"UMA PENA"

O presidente disse também ser "uma pena" que ônibus da caravana de Lula tenham sido atingidos por tiros na noite de terça-feira. "É uma pena que tenha acontecido isso, porque vai criando um clima de instabilidade no país, de falta de pacificação, que é indispensável no presente momento", disse o presidente,

completando: "Devo dizer também, que na verdade, essa onda de violência não foi pregada talvez por aqueles que tomaram essa providência, talvez tenha sido, tenha começado lá atrás. E a história de uns contra outros, realmente cria essa dificuldade que gera atritos dessa natureza. No Twitter, o presidente defendeu "pacificar o país".

Também ontem, a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) emitiu nota crítica às ameaças sofridas pelo ministro Fachin. Segundo a entidade, formada por mais de 14 mil juízes, é "inaceitável qualquer tipo de ameaça a um membro do Poder Judiciário, cujas responsabilidades inerentes à sua função não podem ser alvo

de intimidações". A Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR) afirmou que a ameaça ao ministro do STF é "inadmissível" e disse que "ameaça, coação e violência" contra membros do STF "põem em risco o Estado de direito e têm de ser apuradas e punidas severamente". (Agência O Globo)

Ministros protegidos por 85 seguranças privados

« O Supremo Tribunal Federal (STF) mantém 85 seguranças privados para dez ministros. O serviço custa R\$ 831 mil por mês. Esses profissionais são responsáveis apenas pela proteção pessoal dos ministros, e não das dependências do STF. O

contrato atual foi iniciado em novembro de 2017 e tem vigência de dois anos e meio, podendo ser prorrogado pelo mesmo período. A previsão é gastar cerca de R\$ 25 milhões neste período. A empresa responsável é a Esparta Segurança. Os

dados estão disponíveis no site do STF.

A Secretaria de Comunicação do Supremo Tribunal Federal (STF) informou que apenas Fachin, até o momento, pediu reforço na segurança. A Corte informa que a pre-

PREOCUPAÇÃO

"Uma das preocupações que tenho não é só com julgamentos, mas também com segurança de membros de minha família"

EDSON FACHIN
MINISTRO DO STF

sidente enviou ofício a todos os ministros indagando sobre a necessidade de alteração e aumento do número de agentes de segurança. O órgão, no entanto, não soube dizer se os ofícios foram respondidos pelos ministros, mas destacou que todos serão atendidos caso manifestem a necessidade.

O Supremo não comentou as declarações de Fachin de que "nem todos os

instrumentos foram agilizados" na entrevista que deu à GloboNews. O ministro, por sua vez, também não explicou sobre quais medidas se referia. A presidente Cármen Lúcia informou que já havia autorizado o reforço da segurança de Fachin e familiares antes mesmo de a notícia sobre ameaças vir a público.

Ontem, Fachin passou o dia em Curitiba, com a família. (Agência O Globo)

Executivo precisará angariar votos para manter veto

Para que Vitória ainda sonhe com o Parque Tecnológico de uso exclusivo do segmento, na região de Goiabeiras, o caminho passa, mais uma vez, pela Câmara Municipal. O prefeito Luciano Rezende pode vetar emenda de uso misto aprovada na terça-feira, mas precisa de pelo menos oito votos para manter o veto.

Na apreciação da emenda, a prefeitura teve cinco parlamentares a favor do uso exclusivo mais o vereador Vinícius Simões que, por ser presidente da Câmara, só votaria em caso de empate. No

entanto, para vetos, ele pode votar. Então, caberia à administração municipal convencer pelo menos mais dois vereadores e, assim, retomar a proposta original de uso exclusivo.

TRAMITAÇÃO

O projeto de lei do Plano Diretor Urbano (PDU) aprovado na terça-feira já foi encaminhado para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara que, segundo Vinícius Simões, tem até 10 dias para preparar a redação final e submetê-la ao plenário. “Mas, em geral, esse prazo é bem menor na prática”,

observa o presidente.

Os vereadores votam o texto que, em seguida, é encaminhado à prefeitura. Por lá, o documento é submetido à análise técnica e jurídica que pode levar o prefeito Luciano Rezende a vetar um ou mais artigos. Ele terá 15 dias para se manifestar ou, do contrário, a lei é promulgada pela Câmara.

Em caso de vetos, os vereadores têm que decidir se os mantêm ou derrubam. Para acatar a posição da prefeitura, é necessária a maioria simples da Câmara, ou seja, oito parlamentares, segundo Simões.

lximenes@redgazeta.com.br - Tel.: 3321-8521

LEONEL XIMENES



Bolsonaro disse que Alexandre Frota será seu ministro da Cultura. Está no nível do presidenciável, sem dúvida.

O coelhinho chegou

Antes de entrar ontem no Tribunal de Contas, um deputado estadual, talvez inebriado pelo espírito da Páscoa, deu R\$ 10 a cada um dos dois lavadores de carro que estavam em frente ao TCES.